

3 Um projeto civilizador dialogal

3.1. Os dois caminhos do Regresso Conservador

3.1.1. A centralização político-administrativa

Ilmar R. de Mattos nos chamou a atenção para o horizonte civilizador do projeto Conservador¹⁰². Esse projeto não se detinha apenas às coisas do *mundo do governo*, às questões da centralização política e administrativa. O autor reconhece tal ação como mais ampla, buscando amparar sua direção não apenas no monopólio da força, mas também na domesticação dos sentidos.

Aqui chegamos a uma primeira conclusão. Após a Independência do Brasil, extinta a relação de dependência em relação a Portugal, dentro do Antigo Sistema Colonial, outros e mesmos eixos de poder se reestruturaram. Melhor dizendo, tratava-se, a partir de 1822, da configuração de uma força político-econômica, a *classe senhorial*, e de suas reorientações em relação ao elemento externo, a saber, os antigos colonizadores e o capitalismo inglês, e, também, às questões internas – relações interprovinciais (confeção de um sentimento de comunidade), a questão das fronteiras, a escravidão, a emergência do café como principal fonte de riqueza, a desordem relacionada ao *mundo da rua*, entre outras. Alertamos, assim, para um duplo movimento que se constituía. Um de conservação dos monopólios dos setores dominantes, logo de exclusão de outros grupos hierarquicamente inferiores, e outro

¹⁰² O presente capítulo trata do movimento de centralização político-administrativa e da expansão civilizadora proposta pela primeira e pela segunda geração dos fundadores do Império do Brasil. Acompanhamos Justiniano José da Rocha ao datar entre 1836 e 1852 o movimento de Reação ou do Regresso Conservador. Entre 1836 e 1840 temos a “luta da reação” e posteriormente, entre 1840 e 1852, temos o “triunfo monárquico”. O primeiro momento foi repleto de distúrbios e rebeliões que puseram em perigo a integridade do Império. O segundo é marcado, *grosso modo*, pela consolidação dos projetos centralizadores e civilizadores antes propostos. Nos concentraremos em analisar essa trajetória, porém, sublinhando o projeto civilizador distinto proposto por Gonçalves de Magalhães.

de construção e de consolidação de uma identidade, de uma consciência-para-si¹⁰³, pois – “*sem dúvida, quase sempre estamos mais atentos para esta consolidação do que para aquela conservação; esquecemos que elas não se apresentavam dissociadas, em seu movimento. Fundar o Império do Brasil, consolidar a instituição monárquica e conservar os mundos distintos que compunham a sociedade faziam parte do longo e tortuoso processo no qual os setores dominantes e detentores de monopólios construíam a sua identidade enquanto uma classe social*”.¹⁰⁴

Estas questões foram tratadas intensivamente a partir do *mundo do governo*. Todavia, outros elementos, que não a força e a *virtù* política, foram fundamentais à consolidação do Estado imperial brasileiro. Buscou-se forjar símbolos materiais¹⁰⁵ e idéias capazes de produzir um amálgama até então inexistente, sequer pretendido¹⁰⁶,

¹⁰³ Utilizo esse conceito a partir de uma orientação heurística e não, necessariamente, dentro de um universo hegeliano e/ou marxista. Refiro-me ao desdobramento consciente do sujeito enquanto classe em relação ao mundo, transformando-o e instaurando lógicas de acordo com suas visões de mundo e de suas necessidades historicamente construídas. É uma tomada de consciência em relação à *abertura* para se *ser-no-mundo* e de realizar-se também enquanto grupo. A partir desse ponto de vista, sempre há condições objetivas que se põe enquanto obstáculos - determinações físicas, biológicas e, especialmente, o confronto com outros grupos que venham a refletir e atuar enquanto consciência de suas necessidades e convicções.

¹⁰⁴ MATTOS, I. R. de M., 1994, p. 118-119.

¹⁰⁵ Em relação às imagens produzidas e à domesticação do espaço e do tempo, vejamos um longo, porém revelador, comentário acerca da utilização das folhinhas no Império do Brasil: “Por um lado mostram diretamente ao observador o seu cotidiano, destacando os dias da semana, os dias santos, os feriados civis e religiosos, e principalmente, as datas comemorativas relacionadas ao Estado. Por outro lado, as imagens estampadas desvendam a própria visibilidade desejada para o espaço que representam, ou, em outras palavras, a cara que se queria dar ao país que se estava criando. Na primeira delas, que é uma folhinha perpétua, litografada por um anônimo, em 1826, dedicada a Pedro I, todo o equilíbrio do conjunto pictórico aponta para a desejada unidade e centralidade nacional.

Assim, logo ao primeiro contato visual, o olho do observador é direcionado para o círculo principal sugestivamente formado por uma serpente que morde o extremo oposto de seu corpo, de inspiração heráldica tradicional maçônica. Deste modo sugere uma idéia de respeito à hierarquia dominante que ordena e administra o Estado. Ao mesmo tempo é estabelecido um diálogo direto com os valores monárquicos tradicionais por meio da alusão aos elementos clássicos da simbologia armorial como as figuras mitológicas dos querubins e como as medalhas, brasões, bandeiras e escudos. Paralelamente, a subordinação unificante do tempo e do espaço à ordem imperante é apontada pela destacada presença lateral das colunas, enfeitadas com os dias de cada mês com referências aos feriados nacionais e religiosos (controle do tempo) e pelas 28 coroas de louro que circundam os nomes dados aos principais titulares da recém criada ‘nobreza’ local, com referências às suas unidades provinciais (domínio do espaço). Tal esquema é reforçado pelo destaque dado às frases emblemáticas de conteúdo triunfante, como ‘Pedro ensina a ser rei aos reis do mundo’ ou ‘*In hoc signo vinces*’. Ao centro de tudo, encimado pelo olho maçônico, uma clara perspectiva de representar a ordem estatal dominante e sua referência à tradição européia, o garboso imperador em traje de gala. Fica claro assim, a intenção do artista de afirmar uma imagem equilibrada e homogênea para o novo país, de modo a submergir a qualquer eventual projeto simbólico diferenciado”. VALLE, C. P., 2001, p. 144-145.

¹⁰⁶ Segundo Maria de Lourdes Viana Lyra – “Não era rara a referência aos ‘*Brasis*’ em documentação do período colonial, e bastante significativa é a afirmação do poderoso ministro do governo português,

entre os grupos e províncias do então Império do Brasil. Todo esse aparato foi construído num diálogo com a cultura filosófico-política ocidental. Vejamos o que nos diz o professor Ilmar R. de Mattos:

Fundadores e consolidadores do Império do Brasil tinham os olhos na Europa e os pés na América – eis o segredo da trajetória de individuação de uma classe, e que se revestia da forma de construção de um ‘Corpo Político’ soberano. (...)

Os olhos na Europa porque tinham como ideal erigir um Império soberano, à semelhança dos estados nacionais europeus. Tendo como referência a antiga metrópole, pugnaram por uma igualdade que tanto repelia a subordinação colonial quanto almejava o reconhecimento do Império ‘como Reino irmão e como Nação grande e poderosa’. Reclamaram um lugar na Civilização, por se considerarem também filhos da Ilustração. (...)

Os olhos na Europa acompanharam o curso da Revolução, as conquistas da liberdade, o nacionalismo ascendente, as garantias constitucionais; miravam o Povo enquanto ‘multidão organizada’. As luzes da Razão revelaram a essência do absolutismo, levando a Vontade Geral a repudiar o despotismo e o clericalismo

Os pés na América porque ameaçados pela ‘nova metrópole’. A cada investida da política britânica, no sentido de uma ação geral e comum para a extinção do tráfico negreiro intercontinental, tornava-se necessário marcar a singularidade deste Reino americano, enfatizando que ‘a África civiliza’. Afirmavam que no conjunto da civilização, constituíam uma cultura particular, como a própria Monarquia – ‘flor exótica na América’.¹⁰⁷

Como vemos, uma dupla orientação em direção ao fim civilizador pretendido.

Um movimento também duplo de individuação. O “corpo político” soberano buscava garantir a hegemonia da classe senhorial em *re-cunhagem* através da espada e, também, da construção de memória e de identidade nacionais. Neste último sentido, a escrita da história e os símbolos materiais eram lugares privilegiados para se promover a interiorização daquilo que não era natural, que não constituía tradições

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao escrever ‘*As províncias da América, que se denominam com o genérico nome de Brasil*’ quando, nos anos finais do século XVIII, apresentou ao Conselho de Estado um projeto de reformulação da administração do império português, tratando em especial das partes do Brasil. Naquele momento o ministro demonstrava ter sido objetiva a orientação da política administrativa portuguesa quanto à ligação direta da metrópole com cada uma das partes dos seus domínios, ao declarar que ‘*as relações de cada domínio ultramarino devem em recíproca vantagem ser mais ativas e mais animadas com a metrópole do que entre si, pois só assim a união e a prosperidade poderão elevar-se ao maior auge*’. O que não deixava dúvidas quanto à determinação da dispersão na ação colonizadora praticada por Portugal como forma de evitar a união de interesses entre as capitanias, o que possivelmente acarretaria a quebra da unidade à metrópole”. (Grifo próprio) LYRA, M. de L. V., 1992, p. 123.

¹⁰⁷ MATTOS, I. R. de, 1994, p. 119-120.

significativas.¹⁰⁸ *Expansão para dentro*, a partir de elementos da civilização iluminista. Individuação de uma classe e, também, de um novo Estado que surgia na América. “Pés na América” significava, por outro lado, o reconhecimento de algumas de suas especificidades, enquanto Estado-Nação, em meio à civilização européia, entre elas, a natureza exuberante, mas também a escravidão, essa, aliás, em palavras conhecidas de Bernardo Pereira de Vasconcelos, era quem civilizava a América.

Encontramo-nos, aqui, num complexo palco. Bernardo Pereira de Vasconcelos, e posteriormente a “trindade Saquarema” (Paulino Soares de Sousa, Eusébio de Queiroz e Rodrigues Torres),¹⁰⁹ comandavam, a partir do monopólio da força e do discurso, um movimento de hipertrofia do Estado que, anos mais tarde, após viagem à Europa, o próprio Uruguai reconheceria como exagerado e ineficiente.¹¹⁰ A partir desta direção, os Conservadores puderam enfrentar as demais vozes internas e externas que outros desejos exclamavam como o fim da escravidão, objetivo esse, todo momento, exigido pela Inglaterra e pelos movimentos de rebelião do *mundo do trabalho*. Vejamos as palavras de José Murilo de Carvalho, primeiro em relação às reflexões de Bernardo Pereira de Vasconcelos nos momentos prévios ao rompimento com Feijó (no texto *Exposição*), e depois em relação à atuação do Visconde do Uruguai quando já era preparada a reforma do Código do Processo Criminal de 1841:

A *Exposição* reflete a pregação parlamentarista ao tentar dar unidade de pensamento a ação ao governo. Reflete também princípios do liberalismo político ao afirmar o ‘incontrastável direito de resistência à opressão’, e ao falar na ‘gloriosa revolução, que buscou popularizar a monarquia e reconciliá-la com os princípios da ‘verdadeira liberdade’.

¹⁰⁸ É importante ressaltar que o IHGB, tema que analisaremos à parte, foi fundado no ano de 1838, em meio ao avanço político-civilizador do *Regresso Conservador*.

¹⁰⁹ Desde os anos quarenta, em especial durante a “transação”, os Saquaremas se puseram na direção do partido Conservador e do Estado. Portanto, falando em Conservadores estamos nos referindo, se pós-1842, aos Saquaremas, se antes, *grosso modo*, aos Regressistas. Além do termo Conservador, utilizaremos, para nos referirmos aos Regressistas e aos Saquaremas, o termo – *liberal doutrinário*.

¹¹⁰ “No Brasil, em contraste, a administração não leva o Estado até o cidadão, porque é muito centralizada, absolutista, ineficiente e politizada. Tem cabeça enorme e quase não tem braços e pernas. À extraordinária concentração administrativa não correspondem agentes nos municípios e tribunais que garantam o cidadão contra o arbítrio das autoridades. Acrescentando-se a isso as enormes distâncias e a falta de comunicações, tem-se como resultado a morosidade, a arbitrariedade, a precariedade dos serviços públicos em prejuízo dos interesses e direitos dos cidadãos. O Ato Adicional não resolveu o problema porque concentrou por sua vez, a administração no governo provincial em detrimento dos governos locais”. Apud. CARVALHO, J. M. de, 2002, p. 29.

Mas a nova postura política já se fazia também notar. A revolução não pretendia subverter as instituições, nem mudar a dinastia, nem consagrar a violência e proclamar a anarquia. Sem perceber que se contradizia, a *Exposição*, depois de elogiar o direito à resistência, passa a condenar a violência e a sedição. A sedição ‘é crime, qualquer que seja o pretexto de que se revista’. Também a violência é crime porque leva à perturbação da ordem, que só um governo fraco pode tolerar. O governo promete abafar as facções para preservar a ordem pública. Nessa defesa do governo forte, havia pleno acordo de Vasconcelos com Feijó. Mas a *Exposição* continha algo mais substantivo, a distinção entre dois tipos de resistência, a que defendia a ‘verdadeira liberdade’ e a que promovia a anarquia. A primeira era a dos liberais, a segunda, a dos radicais. Não se tratava aí apenas de questão de ordem, era também questão de organização política, monarquia ou república, e de organização social, envolvendo a propriedade de terra e dos escravos.¹¹¹

Em relação ao Visconde do Uruguai:

Sua luta, e a do Partido Conservador em geral, desde 1837, tinha sido a favor da centralização política e administrativa, do fortalecimento do poder central em relação às províncias e aos municípios. Na centralização via a condição necessária para manter não só a ordem mas também a monarquia e a unidade nacional.¹¹²

Homens como Bernardo Pereira de Vasconcelos, que tinham combatido intensamente a favor do liberalismo político durante os primeiros anos após a reabertura da Câmara (1826) - não nos esqueçamos que foi ele um dos principais mentores do Ato Adicional (1834) - punham-se contrários às ações arbitrárias de d. Pedro I, entre elas a dissolução da Assembléia Constituinte, a outorga da Constituição no ano de 1824 e a utilização “excessiva” do Poder Moderador. Mas, se naquele momento atuavam contra um inimigo identificado com o absolutismo, após a multiplicação dos movimentos contestatórios da ordem imperial na década de 30, alguns deles com “confuso” conteúdo republicano e antiescravista, passavam a atentar-se para outro perigo - a desordem. Assim, os até então liberais moderados puseram-se desfavoráveis ao que consideravam ser dois extremos que atentavam contra a saúde da organização estatal e contra os direitos naturais (vida, liberdade e propriedade), a saber, a ordem Absolutista e a desordem democrática.

Os Conservadores construíram um universo político-administrativo capaz de sustentar os interesses materiais mais específicos, mesmo que camuflados de

¹¹¹ CARVALHO, J. M. de, 1999, p. 22.

¹¹² Id., 2002, p. 34.

universais¹¹³ – “Ora, o que se apresentaria, desde então e cada vez mais, como representação dos interesses gerais, assumindo a forma do governo do Estado em oposição aos interesses particulares, não era senão uma forma superior de organização de um segmento desses últimos, objetivando uma restauração e mesmo uma expansão”.¹¹⁴ O resultado de toda essa encenação foi a apresentação de uma estrutura político-administrativa deveras centralizada. No plano político tínhamos o Poder Moderador e o Conselho de Estado, reabilitado desde a reforma do Ato Adicional em 1840, além do senado vitalício com a nomeação de seus membros pelo próprio imperador, e da nomeação dos presidentes de província pelo governo central. No campo administrativo, ao princípio eletivo no sistema judiciário e policial, substituiu o princípio hierárquico a partir das diretrizes do poder central. E completa Gabriela Nunes – “*Os traços gerais do sistema político resultante desse processo de centralização são conhecidos: dois grandes partidos, o Liberal e o Conservador, arbitrados pelo Poder Moderador, que assegurava uma alternância no poder. A criação do cargo de presidente do Conselho, em 1847, firmou definitivamente o ‘parlamento às avessas’*”.¹¹⁵ Vejamos quais eram esses interesses, ainda através das palavras de Gabriela Nunes:

A grande lavoura tinha como centros mais importantes, no fim da Regência, o açúcar nordestino, em declínio, e o café em ascensão no centro-sul, particularmente no vale do Paraíba. Lavoura alimentada pelo braço escravo, e, portanto, pelo tráfico de escravos. O Regresso parece corresponder a um relativo consenso desses setores quanto à necessidade de construção do Estado – forte e centralizado – como a melhor forma de

¹¹³ Diferentes medidas para movimentações similares mostram alguns dos interesses particulares que moviam a ação político-administrativa dos Conservadores ao forjar o Estado brasileiro, vejamos as palavras de José Murilo de Carvalho – “Justificou [Uruguai] as medidas tomadas contra os revoltosos em discurso na Câmara, em 7 de fevereiro de 1843, e no relatório do Ministério da Justiça, de 1843. A tônica do discurso é diferente da do relatório de 41. Neste, tratava-se de combater sobretudo a desordem civil, a anarquia, a impunidade. O alvo principal eram os setores populares, considerados quase bárbaros. O remédio para a desordem civil era o aperfeiçoamento da própria polícia e da justiça, isto é, a reforma do Código de Processo Criminal. Em 1842, tratava-se de desordem entre grupos da elite, pela qual a massa popular não era responsável. A questão agora não era de organização policial, mas de organização política”. CARVALHO, J. M. de, 2002, p. 21. Ou, em relação à hierarquia dentro do *mundo do governo*, encoberta pela ideologia utilitarista, como afirma Ilmar R. de Mattos – “A luminosidade do dia, a que se acrescentava o clarão das girândolas, punha em evidência esplendorosa a figura do imperador. Não deixava, contudo, de projetar sombras sobre os reais construtores do poder que ali se apresentava. Ofuscava também as pálidas luminárias dos Liberais”. MATTOS, I. R. de, 1994, p. 181.

¹¹⁴ MATTOS, I. R. de, 1994, p. 198.

¹¹⁵ FERREIRA, G. N., 1999, p. 37.

preservação de seus interesses. A centralização política na capital do Império corresponderia a esta fase marcada pela coincidência geográfica entre poder econômico e poder político.¹¹⁶

Entrementes, paralelo à ação político-administrativa que em breves linhas analisamos, a direção Conservadora pretendeu domesticar a relação entre o presente e o passado, o diálogo entre imaginação e tradição. Os Conservadores eram portadores do belo, do bom e do verdadeiro, disseminando tais diagnósticos através do Estado forte, mas, também, a partir da escrita da História. Aliás, devemos lembrar que a superioridade dos Saquaremas em relação aos Luzias no palco político, deve-se muito à construção de uma memória que também a esses últimos *con-venceu*. A partir da pretendida objetividade, portadores que eram da civilização, se lançaram num projeto de “invenção” de tradições, de construção da memória e do estabelecimento da justa forma de reflexão, elementos capazes de instaurar longa e latitudinária direção.

Esta combinação de meios de coerção e elementos de persuasão, entre aparelhos ‘privados’ e ‘públicos’, de realizações materiais e ações não materiais, deveria assumir no Império do Brasil um conteúdo e uma forma singulares, como decorrência do privilegiamento da Coroa, encarregada de uma restauração e de uma expansão. Os sempre vigilantes olhos do imperador eram a condição para o triunfo da Ordem, possibilitando a difusão da Civilização; o triunfo da Civilização era a condição para a difusão dos valores de uma Ordem.¹¹⁷

Do mundo do governo emanavam duas preocupações essenciais nos últimos anos da década de 30. Os Conservadores estavam atentos ao chamado liberalismo radical. Dentro do espírito do liberalismo moderno, defendendo um espaço de liberdade negativa inegociável e universal, os liberais radicais propunham com vigor a proteção do indivíduo e de sua propriedade enquanto unidades invioláveis. Todavia, pensadores como Locke, Rosseau e fatos como a Revolução Francesa teriam produzido definições e reflexões que não estariam, segundo os próprios Conservadores, respeitando o movimento dos elementos tempo e espaço, axiomas produzidos pelo afastamento em relação ao mundo da cultura. E aqui anunciamos o

¹¹⁶ FERREIRA, G. N., 1999, p. 39. Não podemos desconhecer a presença de outros importantes interesses como os ligados à expansão da produção de gêneros alimentícios e à criação de animais no sul de Minas e na Zona da Mata. Cf. MATTOS, I. R. de, 1994, p. 151 et. seq.

¹¹⁷ MATTOS, I. R. de, 1994, p. 193.

universo teórico que ira marcar decisivamente a *weltanschauung* dos estadistas e dos intelectuais mais diretamente envolvidos na produção do Estado centralizado, a saber, o historicismo. Vejamos, ainda em relação ao liberalismo radical, o que nos tem a dizer Ubiratan Borges:

As origens do modelo encontram-se em Rosseau, Abbade Raynal e no exemplo da Revolução Francesa. Para os radicais, a menor restrição à liberdade torna despótico um governo, e a medida da liberdade brasileira seria o quanto de liberdade o Sena ou o Tâmbisa banhassem, uma concepção universalista e racionalista dos direitos humanos, apoiada num jusnaturalismo do tipo iluminista. Para eles, a liberdade defensável no Paraguai ou em Nova York é a mesma, porque a dignidade humana e seus direitos são os mesmos.¹¹⁸

Vemos que o discurso dos Conservadores em relação aos liberais radicais apontava para uma antinomia. Melhor dizendo, em nome da defesa da liberdade universal pretendida racionalmente, da *vontade geral*, para usar as palavras de Rosseau, o discurso liberal radical desrespeitaria aquilo que seria o seu próprio cerne, a saber, o direito irrestrito à liberdade individual e o direito à propriedade. É construindo tal natureza de crítica que Bernardo Pereira de Vasconcelos abandona seu antigo aliado, o padre Liberal Diego A. Feijó, como já pudemos ver. Aliás, a negativa de Carneiro Leão em aderir ao movimento proposto por Feijó, já demonstrava o projeto de Estado centralizador que se consolidaria durante as décadas de 40 e 50 do século XIX..¹¹⁹

Por outro lado, o liberalismo doutrinário pretendia aproximar, através de um propalado respeito às especificidades temporais e espaciais, as idéias de ordem e de liberdade. Através das instituições políticas, como já vimos, os Conservadores obtiveram centralização capaz de instaurar seu projeto civilizador através, principalmente, da escrita da história; algo que reconhecemos como uma domesticação do *espaço de experiência*.¹²⁰ A escrita da história funcionou como

¹¹⁸ MACEDO, U. B. de, 1989, p. 76.

¹¹⁹ Sentenças como essa – “já demonstrava” -, por vezes inevitáveis, podem levar-nos a pensar teleologicamente a ação Conservadora. Todo o intento do presente trabalho é oposto. Pretendo mostrar que houve disputas internas ao *mundo do governo*. Sem desconhecer, também, as contestações ao Estado, que advinham dos outros dois *mundos*.

¹²⁰ Refiro-me à confecção de memória e de esperanças construídas a partir do Estado Conservador. Como afirma Reinhart Koselleck, imagens que se completam cada vez mais num futuro irrealizável.

instrumento capaz de escamotear, por exemplo, as duas instituições que Gonçalves de Magalhães tratava de negar – a escravidão e o despotismo, herdados, ambos, dos tempos coloniais. Ao fim e ao cabo, dentro do concerto internacional das Nações, o Brasil se individualizava. Buscava ser reconhecido como elemento participante da civilização ocidental, mas não abria mão de reproduzir as hierarquias internas e de organizá-las maximizando seus resultados materiais; processo este que se concretizava graças ao aparato racional/moral ofertado pelas Luzes. Como afirma José Murilo de Carvalho, os Conservadores eram os representantes da reta civilização, apenas eles estariam aptos a refletir. Enfim, de um lado o respeito às características particulares do Império do Brasil, que precisavam ser re-cunhadas, e, de outro, a superioridade das elites política e/ou letrada detentoras da legítima razão – parte que faziam da civilização ocidental iluminista –, os únicos aptos a governarem. Ainda segundo José Murilo de Carvalho:

Uma vez que a sociedade brasileira não tinha o espírito da liberdade individual nem do igualitarismo, era formada de súditos e não de cidadãos; e de súditos hierarquizados pela escravidão, pela cor, pelo sexo, pela ocupação, pela educação, a simples introdução do federalismo por uma medida legal não poderia fazer a mágica de democratizá-la. Federalizar era necessariamente reforçar as estruturas sociais de poder ‘preexistentes, era reforçar a desigualdade, a hierarquia, o privatismo. Não surpreende que o federalismo fosse bem-vindo aos poderes locais’.¹²¹

O processo civilizador dos liberais doutrinários não deve, assim, ser analisado como pura invenção incorporada graças à utilização dos monopólios da força e do discurso. Estavam preocupados em proteger a liberdade a partir de suas noções de verdadeiro e de justo.¹²² Vemos que a re-cunhagem da moeda colonial pretendida a

Dá-se, assim, um esquecimento do tempo presente, do par reflexão/crítica, e o futuro pouco surpreende. Cf. KOSELLECK, R. 1983.

¹²¹ CARVALHO, J. M. de, 1998, p. 181. Ou ainda, a partir da visada de Borges de Macedo – “Uma aguda consciência histórica da política como arte do possível, e um realismo atento ao que se pode fazer nas circunstâncias nacionais e hostil a perfeccionismos abstratos caracterizam a estratégia central dos doutrinários. Em geral grandes servidores do Estado e ligados também ao Partido Conservador, embora sem vinculações conclusivas com a estrutura agrária, antes ao aparelho estatal”. MACEDO, U. B. de, 1989, p. 79.

¹²² Todavia, há uma lógica perversa nesse discurso. De um lado, a presença da escravidão e de grau elevado de egoísmo não permitia, segundo os Conservadores, que a liberdade fosse estimulada e estendida, não eram sábios o suficiente para interpretá-la e diferenciá-la da plena adesão aos desejos. De outro lado, porém, o poder era cada vez mais centralizado, a escravidão era pedra de toque para os Saquaremas, e se a maioria estava longe de saber lidar com a liberdade, seguindo as afirmações dos

partir da **con-formação** da classe senhorial, não se punha contrária à liberdade, pelo contrário, ela a defendia a partir de uma racionalidade determinada, a do *modus vivendi* consolidado pelo liberalismo francês de 1830.

Para os Conservadores, a relação era mais complicada. Falo, naturalmente, de Conservadores preocupados com o problema da liberdade, daqueles que Victor Hugo chamava de liberais Conservadores, a geração que veio após a Revolução e a criticava sem a negar, como Tocqueville, Benjamim Constant, Guizot, Thiers. No Brasil, este grupo foi representado principalmente pelo visconde de Uruguai, político e teórico do Partido Conservador, um dos principais engenheiros do *Regresso* (...).¹²³

O projeto civilizador Conservador construía uma direção política e, paralelamente, investia na confecção (não pura invenção) de símbolos e memória capazes de, de braços dados, forjar e consolidar o Estado imperial. Um projeto que nasce dentro do horizonte político-reflexivo ilustrado, tempo do movimento filosófico racionalista oitocentista francês, e nacionalista, resultado do fracasso parcial da ação anexadora do Império napoleônico.

Pois bem, analisemos, agora, a fundação do IHGB e a sua relação com a política civilizadora Conservadora. “Saímos”, assim, do campo de batalha político institucional e nos encaminhamos para o campo das percepções. Terreno no qual digladiaram-se projetos historiográficos que, ao mesmo tempo em que buscavam desvelar o real que se apresentaria através das fontes, pretendiam construir e consolidar arquétipos memoriais aliados aos interesses político-econômicos da direção Saquarema. Todos, os *mais distantes* e os *mais próximos*, convencidos, em última instância, pelas noções de verdadeiro, de bem e de belo propagadas por esses Conservadores.

próprios Conservadores, a presença cada vez maior do Estado, como tutor, não permitia que o aprendizado devido fosse construído.

¹²³ CARVALHO, J. M. de, 1998, p. 175.

3.1.2. O IHGB e a construção da Nação

...o que nos pareceu o substrato do Instituto: a existência de uma elite política ‘moderada’, vinculada ao movimento do Regresso e que se opunha, ideologicamente tanto ao modelo político jacobino e sua solução democrática, quanto ao modelo neo-absolutista da Restauração.¹²⁴

Arno Wehling

Como podemos ver, ao projeto político do Regresso Conservador vieram se juntar alguns dos mais importantes literatos do Império do Brasil.¹²⁵ Estes se somaram aos políticos do Regresso reagindo ao liberalismo radical, presente, especialmente, nas revoltas regionais da década de 30, atentos também a um possível retorno de práticas absolutistas. Eram homogêneos, não idênticos,¹²⁶ a favor de um Estado forte, constitucional e centralizado capaz de promover o encontro a que fizemos menção páginas acima, um encontro entre ordem e liberdade.

A ação desta elite política ‘Regressista’ demonstrou-se em variados aspectos, todos tendentes a reforçar a autoridade central e garantir a monarquia constitucional: reação às revoltas regionais, Lei Interpretativa do Ato Adicional, reforma do Código do Processo Criminal. A fundação do Instituto insere-se neste processo e, por isso, os

¹²⁴ WEHLING, A., 1989, p. 45. Ver também Paulo Mercadante e sua polêmica tese da política conciliadora enquanto *ethos* intransponível – “De todos os cantos, desde a consolidação do poder Conservador, interpunham-se os brados que reivindicavam a política de paz entre os espíritos”. MERCADANTE, P., 1965, p. 158.

¹²⁵ Afirma Arno Wehling que a fundação do IHGB “aparece como mais um esforço desta elite para encaminhar politicamente o novo país, enfrentando, ao mesmo tempo, o que lhes parecia federalismo excessivo (com o eventual desmembramento do país) e ameaça à estabilidade social (a oposição à escravidão) (...) Ele foi, circunstancialmente, um dos subprodutos da aliança entre a elite política ‘moderada’ e o grupo cafeeiro emergente da província do Rio de Janeiro, não fosse o cerne do comando Regressista justamente a ‘oligarquia’ (a expressão é da época) fluminense liderada por Rodrigues Torres e Paulino Soares de Sousa (...)

Neste sentido, em consequência, a Lei Interpretativa de 1840 e a reforma do Código de Processo Civil são fruto da mesma afirmação Conservadora e unitária da monarquia constitucional, como única saída política para o Brasil. Ou, noutros termos, a vitória da ‘consciência Conservadora’, com a definição de um ‘centro’ político simultaneamente anti-recolonizador, absolutista, jacobino, federal e abolicionista”. WEHLING, A., 2001, p. 132.

¹²⁶ Isso significa que nem todos possuíam os mesmos pontos de vista sobre todos os temas que permeavam o dia-a-dia no Império. O próprio Januário da Cunha Barbosa condenava abertamente a escravidão, ao passo que afirmava a necessidade de uma Monarquia Constitucional centralizada. A questão da escravidão, diga-se de passagem, foi, desde o início do processo de construção do Estado imperial, um tema muito controverso, dividindo as opiniões dentro dos centros oficiais ou próximos ao Estado; como no caso da própria *Sociedade Auxiliadora*. Cf. CARVALHO, J. M. de, 2003, p. 56.

textos são muito claros na defesa da monarquia constitucional e do sistema unitário como regime político ideal para o País.¹²⁷

Nos importa fazer um breve mapeamento das origens e posições socioprofissionais daqueles que fundaram o IHGB. Ao fim, concluiremos pela aproximação entre esses literatos e o *mundo do governo* dirigido pelos Conservadores.

O IHGB nasce, em 1838, a partir do apoio humano e material da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional¹²⁸, “*cujá finalidade era o fomento das atividades produtivas (especialmente, nesta quadra, a agricultura), e tendo como membros figuras da elite política do Império, homens da geração da Independência, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro visava atingir objetivos político-administrativos e intelectuais que transcendiam de muito qualquer rotina acadêmica...*”.¹²⁹

Dos 27 sócios fundadores, 9 exerciam papéis políticos do mais alto nível, eram senadores, ministros e conselheiros do Estado.¹³⁰ Os demais se dividiam, principalmente, entre profissionais liberais, eclesiásticos e negociantes que ocupavam cargos na alta burocracia do Império. Em 1839, como aponta Arno Wehling, o número dos sócios efetivos aumentou para 46, mais 12 honorários. Entre os efetivos, continuou predominando a formação jurídica (41,3%) e a atividade profissional no serviço público (71,7 %), destes, 21,7% ocupavam a magistratura, 28,3% o ensino, 6,5% eram militares e 15,2% se dividiam entre outros ramos da administração pública. E por fim, eram parlamentares 19,6% dos sócios efetivos. Por outro lado, acompanhava o alto índice de elementos participantes da alta burocracia como sócios

¹²⁷ WEHLING, A., 1989, p. 45-46.

¹²⁸ Em relação ao peso político exercido pela *Sociedade*, penso ser importante aproximar a visão de Wehling à de José Murilo de Carvalho. Este autor afirma que tal papel político não teria sido mais significativo do que o exercido na área técnico-científica. – “Não nos parece também que se tratava de um organismo de natureza política, capaz de pressionar o governo em favor de medidas de defesa da indústria, agrícola ou não (...) o tom das posições da *Sociedade* era dado pelos secretários-gerais e era de natureza muito mais técnico-científica do que política. Um secretário típico foi, por exemplo, Frederico César Leopoldo Burlamaque, doutor em ciências matemáticas e naturais pela antiga Escola Militar, que renunciou à secretaria para ser o redator de *O Auxiliador*, no qual colaborava assiduamente defendendo reformas técnicas e sociais na agricultura. A *Sociedade* era algo mais próximo de um centro de estudos ou sociedade literária. A participação dos políticos nela era mais simbólica e honorífica do que instrumental”. CARVALHO, J. M. de, 2003, p. 52.

¹²⁹ WEHLING, A., 2001, p. 128.

¹³⁰ Para uma avaliação das hierarquias existentes entre as posições políticas e administrativas citadas, Cf. CARVALHO, J. M. de, 2003.

efetivos, um predomínio, acentuado entre os sócios honorários de representantes do *mundo do governo*, e como afirma Wehling – “*predominando justamente os representantes Regressistas que fundariam o partido Conservador*”.¹³¹ E concluindo, vejamos as palavras do mesmo autor que nos atentam para o diálogo entre os letrados e o *mundo do governo*:

A heterogeneidade funcional era compensada pela unidade ideológica. Eram, quase todos, homens cuja visão nacionalista e centralizadora caracterizou a elite política do Império. Repetem-se, no caso do IHGB, as características gerais desta elite política imperial definidas por José Murilo de Carvalho: *defesa da unidade nacional, consolidação do governo civil, redução do conflito no plano nacional, limitação da mobilidade social e da mobilização política*, ao contrário da América Hispânica, onde a falta de unidade ideológica da elite levou à balcanização, ao caudilhismo e à instabilidade política.¹³² (Grifo próprio)

Todavia, a atuação de letrados como Januário da Cunha Barbosa e Varnhagen mobilizava outros recursos que não as discussões parlamentares e o uso do monopólio da força. O IHGB, através da escrita da história, apoiado oficialmente, responsabilizou-se pela construção e pela disseminação de um conjunto de imagens e diretrizes reflexivas capazes de inventar¹³³ uma comunidade imaginada,¹³⁴ reconhecida por aqueles que a integravam. Falamos, aqui, do papel da escrita da história enquanto fundadora de símbolos substanciais ao soerguimento da Nação brasileira.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ocupou-se de fomentar a dupla individuação pretendida pelos políticos Regressistas. A formação de um corpo nacional digno de reconhecimento em meio ao concerto internacional das nações ocidentais, e, ao mesmo tempo, a defesa de imagens particulares como a escravidão, enfim, a própria re-cunhagem da moeda colonial sustentada pelo Estado imperial em

¹³¹ WEHLING, A., 2001, p. 129. Todos os dados foram retirados do livro citado. Também, Cf. Id., 1989, cap. IX.

¹³² WEHLING, A., 2001, p. 129-130.

¹³³ O conceito *inventar* não se remete apenas à criação e à falsificação de tradições, vale lembrar, mas também, a um pôr em evidência a partir do monopólio do discurso. Cf. HOBBSBAWM, E., 1984.

¹³⁴ Cf. ANDERSON, B., 1989, cap. I, II e III.

construção. Tudo isto a partir de um lugar específico, o Rio de Janeiro.¹³⁵ Como afirma Manoel Salgado:

Em 25 de novembro do mesmo ano (1838), Januário da Cunha Barbosa, na qualidade de primeiro-secretário do IHGB, apresenta em discurso de caráter programático os estatutos da recém-criada instituição, então aprovados, que definem duas diretrizes centrais para o desenvolvimento dos trabalhos: a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo, ao ensino público, de estudos de natureza histórica. Estes primeiros estatutos estabelecem também as pretensões do IHGB em manter relações com instituições congêneres, quer nacionais, quer internacionais, e em constituir-se numa central, na capital do Império, que, incentivando a criação de institutos históricos provinciais, canalizasse de volta para o Rio de Janeiro as informações sobre as diferentes regiões do Brasil. As semelhanças com o modelo francês parecem bastante evidentes: da mesma forma que as academias literárias e científicas provinciais francesas do século XVIII articulavam-se na teia mais ampla do processo de centralização levado a cabo pelo Estado, sediado em Paris, do Rio de Janeiro as luzes deveriam expandir-se para as províncias, integrando-as ao Estado e criando os suportes necessários para a construção da Nação brasileira.¹³⁶

Enfim, “manter relações com instituições congêneres” internacionais significava, com frequência, como afirma Ilmar R. de Mattos, participar do processo

¹³⁵ Cidade essa que era, desde a segunda metade do século XVIII, ponto estratégico à política mercantilista portuguesa. O Rio de Janeiro, desde quando se tornou capital, e mais ainda após 1808 com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, foi capaz de aproximar as elites político-administrativas, comerciais e produtoras. Mais tarde, com a força da elite cafeeira fluminense, acabou por se tornar palco disseminador da civilização e das normas políticas construídas pela direção Conservadora. Seguindo as palavras de Maria de Lourdes – “Sede do Vice-Reino, o Rio de Janeiro concentrou as funções de centro administrativo com jurisdição sobre as demais capitanias do Sul do *Estado do Brasil*, ao mesmo tempo em que sediava o principal porto gerador da atividade mercantil (...) A transferência da sede da Corte portuguesa para a colônia, ou seja, a instalação do governo da metrópole portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, rompeu a dispersão administrativa, característica do período colonial, ocasionando a efetiva instalação de um governo central no Brasil. Só a partir de então se fez sentir o peso da autoridade de uma sobre as demais instâncias administrativas do território nacional. Com a localização do eixo dinâmico da ação centralizadora do Estado absolutista português no Rio de Janeiro, criou-se um ponto de convergência, isto é, um centro de união, não apenas entre as várias partes do território chamado Brasil, como entre este e o reino de Portugal na Europa, demarcando um movimento particular – em termos de relações sociais, políticas, ideológicas, econômicas e institucionais – no processo de formação do Estado nacional”. LYRA, M. de L. V., 1992, p. 128-129. Cf. MATTOS, I. R. de, 1994, cap I.

¹³⁶ GUIMARÃES, M. L. S., 1988, p. 8. Ana Beatriz Demarchi Barel também nos fala da importante aproximação entre letrados franceses e a criação do IHGB – “Jornalista, fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Paris, aquele mesmo que será o modelo de nosso Instituto Histórico e Geográfico, Monglave consegue reunir em 1834 um grupo de intelectuais para inaugurá-lo e também dar origem ao que Maria Alice de Oliveira Faria chama ‘uma das mais conceituadas agremiações eruditas do fim do século XIX e do século XX, a Société des Etudes Historiques, praticamente extinta com a segunda guerra mundial (...) Tendo viajado para o Brasil nas primeiras décadas do século XIX, Monglave aprendeu o português e foi ele o grande anfitrião dos nossos jovens brasileiros no Instituto Histórico, demonstrando enorme interesse por tudo que dissesse respeito à cultura e à nossa literatura então ainda iniciante...”. BAREL, A. B. D., 2002, p. 50-51.

civilizador europeu,¹³⁷ ter a cabeça lá, sentir-se mais perto da Europa do que das regiões que compunham o Império do Brasil. Relacionar-se com outras “instituições congêneres” nacionais era difundir as imagens e o *ethos* produzido a partir do Rio de Janeiro, a partir do laboratório Saquarema, era recolher *con-vencendo*, hierarquizar; a própria *re-cunhagem* da moeda colonial. Aliás, esta última relação não deve ser entendida enquanto pura dominação. Como já dissemos antes, não se tratava de uma simples invenção de tradições, mas sim de uma aproximação, na qual o olhar era direcionado por componentes teórico-metodológicos definidos, sublinhando determinados elementos da Nação em detrimento de outros. Melhor avaliando, chegaremos ao espírito historicista, especial à segunda fase do IHGB, que buscava respeitar, também e de algum modo, os deslocamentos do tempo e do espaço como capazes de promover **transvalorações**. Melhor dizendo, movimento.¹³⁸ Enfim, como afirma Manoel Salgado:

Se por um lado a viabilização de um modelo de Nação em construção, por outro, e no caso específico brasileiro, essas mesmas particularidades não deveriam comprometer a vinculação desse projeto nacional a um quadro mais geral e abrangente das Nações civilizadas. Portanto, recuperar certamente o específico, sem contudo, comprometer o geral, ou seja, a noção de civilização como conceito fundamental. Tarefa certamente problemática para aqueles engajados em delinear uma fisionomia possível e aceitável para a Nação brasileira.¹³⁹

A equação é a seguinte: através da razão (comandada pelos arquétipos gnoseológicos e ético-morais iluministas) e da empiria (parâmetro historicista), os historiadores do IHGB se aproximariam dos contornos senão exatos, essenciais da

¹³⁷ Cf. ELIAS, N. 1993.

¹³⁸ Entendo, aqui, *historicismo* como sinônimo de *historismo*, e não próximo ao cientificismo e às filosofias da história. É uma postura preocupada mais com os movimentos do tempo e com as presenças e transformações culturais e políticas específicas, do que com algum tipo de espírito subterrâneo e determinante da História. E completando, vejamos como Arno Wehling define o historismo – “... a epistemologia historista, caracterizada pela afirmação da existência de uma realidade histórica irreduzível à explicação físico-naturalista e explanada, conseqüentemente, não por leis, mas pela compreensão (Herder) dos fins visados pelos agentes sociais; e a metodologia documentalista, voltada para o estabelecimento e a crítica das fontes”. WEHLING, A., 1999, p. 29. Sobre o historicismo de Varnhagen, importante componente do IHGB, afirma Wehling que “Em conseqüência, o método adequado para o historiador não seria aquele que o faz caminhar das aparências mutáveis a uma realidade imutável, mas o que permite apreender a realidade como uma contínua mudança, a partir de seus elementos exteriores expressivos, como as obras de arte, os textos literários e os documentos públicos e privados”. *Ibid.*, p. 76.

¹³⁹ GUIMARÃES, M. L. S., 1989, p. 28.

Nação, e tudo isso graças à tutela de um Estado centralizado mantenedor da ordem, lugar de partida e de chegada.

O que temos, na verdade, é uma grande dificuldade em arquitetar modelos bem definidos para expressar as orientações teórico-metodológicas dos elementos componentes do IHGB. Se politicamente podemos afirmar sua aproximação com o projeto Conservador, como já o fizemos, no campo epistemológico a missão é mais complexa. Vejamos as palavras de Arno Wehling:

Há uma tendência, entre os historiadores das idéias, em distinguir certas fases no historicismo: ter-se-ia um historicismo ilustrado, próprio da segunda metade do século XVIII, em geral reagindo ao mecanicismo físico-filosófico; uma fase posterior romântica, na qual aspectos afetivos e valorativos predominaram; e finalmente um fase cientificista onde preponderaria a explicação objetivista típica de positivistas e evolucionistas (...) no caso do IHGB, a admitir-se um historicismo romântico ter-se-ia de constatar, ainda, forte influência da filosofia iluminista e ‘antecipações’ de atitudes tipicamente cientificistas; ou, inversamente, ‘antecipações’ românticas no historicismo ilustrado e ‘sobrevivências’ dele no cientificismo, por mais racionalista que se propusesse.¹⁴⁰

É interessante esse jogo de influências que Arno Wehling propõe entre o que já não é mais e, por outro lado, presenças que ainda não se fizeram plenas. Suas palavras nos servem menos para desistirmos de elaborar classificações, do que para lembrar que esse exercício heurístico requer atitude reflexiva. Atenção que, antes de ser motivo para desculpas antecipadas, é elemento substancial em nossa busca de analisar as direções memoriais imputadas através da construção de determinada concepção de história.

Ora, o que temos de ressaltar é que dois elementos que, a princípio se excluem, devem ser aproximados em nossa proposta. De um lado o racionalismo iluminista, base da concepção de história dos fundadores do IHGB, de outro a preocupação historicista com a compreensão e com a crítica das fontes, presente, em certo grau, na escrita historiográfica de Varnhagen.¹⁴¹ O problema é entender como esses dois

¹⁴⁰ WEHLING, A., 1989, p. 48.

¹⁴¹ Em relação à permanência da perspectiva racionalista iluminista junto ao historicismo do IHGB, afirma Wehling – “No mundo próprio dos historiadores, vemos que os mais significativos entre eles, ainda influenciados pelo racionalismo iluminista, continuavam interessados na fórmula kantiana da melhor Constituição e acreditavam na missão de construir o Estado mais aperfeiçoado, como no caso

vieses aparentemente antinômicos se acomodaram um ao outro. Quero dizer, se de um lado os historiadores do IHGB, quer da primeira, quer da segunda geração, buscavam ir às fontes, procuravam o particular, por outro lado se lançavam às fontes a partir das noções de bem, de belo e de verdadeiro iluministas, enfim, através das noções iluministas de civilização e de progresso. O racionalismo e a moralidade iluministas constituíam parte significativa do projeto nacionalista dos intelectuais em questão.

De uma forma ou de outra, uma proposição nos parece clara, a saber, ao inserir-se na tradição iluminista o IHGB afastava-se de um historicismo mais vigoroso e, buscando forjar a Nação brasileira enquanto corpo particular, refutava a invulnerabilidade das assertivas gnoseológicas e ético-morais produzidas pelo paradigma racionalista iluminista. Como afirma Manoel Salgado:

A leitura da história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a contudo numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao iluminismo.¹⁴²

Também no *mundo do governo* os Conservadores se posicionaram a favor do historicismo político, entretanto, não abandonaram os elos conceituais e morais que os ligavam à civilização iluminista. Não se podia abandonar as condições específicas de um Império escravocrata, no qual o voto censitário determinava e reproduzia as hierarquias sociais mais profundas, assim como o próprio movimento de recunhagem da moeda colonial e a formação da classe senhorial re-produziam os monopólios da força, da mão-de-obra e da terra. Era inviável romper, por outro lado, com as Luzes. A razão iluminista era admirada e vista, também, como elemento de diferenciação interno, um conjunto que deveria ser levado, pedagogicamente e de

da Alemanha, da Itália e do Brasil. Ou, ainda, de reestruturar melhor o Estado existente, como na Inglaterra, França, Espanha e Portugal.

A combinação do pragmatismo histórico ilustrado com esse progressismo protoliberal, acrescido de rigor metodológico novo, construiu a historiografia que deu suporte, expressão e respeitabilidade científica à cultura histórica emergente. Pensamos, com diferentes graus de proximidade a este modelo, Ranke, Droysen, Schlosser e Gervinus, na Alemanha; Guizot, Thiers e Michelet, na França; na historiografia *whig* inglesa; em Capponi, Gioberti e Balbo, pela versão guelfo-papista italiana, e em Amaria, pela sua versão republicana-mazzina; em Herculano, para Portugal; em São Leopoldo, Cairu, Joaquim Norberto e Varnhagen, no Brasil". WEHLING, A., 1989, p. 31-32.

¹⁴² GUIMARÃES, M. L. S., 1988, p. 8.

forma messiânica a todas as regiões e, conseqüentemente, até os espíritos bárbaros e selvagens do Império, distantes ou próximos. Vejamos como Arno Wehling atrela o discurso de Martius à política Conservadora e, por fim, a um pretendido universalismo dos conceitos, das instituições e das questões ocidentais, em detrimento da atenção radical à historicidade, ao particular.

Martius feria, assim, o ponto central, que os fundadores do IHGB, nos primeiros textos, deixavam subjacente: a elite política do Regresso optara pela monarquia constitucional e o regime unitário pela mesma razão que levou Benjamim Constant a fundamentá-la teoricamente na Europa: oferecer uma alternativa entre o extremo jacobino, com o sufrágio universal rousseauiano e o irrompimento das massas no processo de representação política, e o extremo restaurador, que ambicionava tudo negar da época revolucionária, retornando ao *statu quo* de 1789.¹⁴³

Dois lugares distintos, porém a mesma medida. Entre um e outro, entre o liberalismo radical e o reacionarismo restaurador, os Conservadores. Entre o racionalismo iluminista e a empiria intersubjetiva historicista, os historiadores do IHGB. Entre uns e outros, o projeto nacionalista e moralizante oitocentista.

O Instituto Histórico e Geográfico, a partir da aproximação entre os paradigmas racionalista iluminista e historicista romântico, acabava por confessar que seu projeto de Nação não buscava atender às diferentes vozes que compunham o Estado em construção. Na mesma medida, devia encontrar meios para ratificar algumas das características político-culturais do novo lugar, buscando o reconhecimento da nascente Nação dentre aquelas outras européias. Neste quadro complexo cabe acrescentar que o paradigma racionalista da história sustentava, subjacente a ele, certo resquício da concepção de História *mestra da vida*, e como resultado, o afastamento dos movimentos do mundo, das diferenças incessantemente produzidas.¹⁴⁴ Enfim, a domesticação da vida, assim como a instrumentalização da própria História enquanto lugar de diálogo entre o novo e a tradição. A seguir, exporemos duas passagens da autoria de Manoel Salgado. Elas nos ajudarão a melhor ver a comunhão entre aqueles dois paradigmas, acompanhados da presença subjacente supracitada.

¹⁴³ WEHLING, A., 1989, p. 52.

¹⁴⁴ Cabe ressaltar que a presença dessa concepção é grave, pois significa afirmar que a noção revolucionária de tempo, iluminista, o tempo linear e não mais circular, ainda não tinha sido assumida com fortaleza pelos integrantes do IHGB.

Sobre a presença do *historicismo*:

Como sendo próprio da concepção de História particular àquela instituição: a escrita da História em bases científicas demandava agora o documento original como peça chave e indispensável do trabalho do historiador. Não mais o relato descompromissado, mas sim um relato comprometido com o acontecido, com a verdade, que deixou sua marca no documento (...) Aqui mostra-se o Instituto plenamente de acordo com os princípios àquela altura mais modernos de fazer história: o documento enquanto via de acesso à verdade do acontecido.¹⁴⁵

Sobre a influência do racionalismo iluminista e de seu viés moralizante, acompanhado da concepção de História *mestra da vida*:

No segundo momento de sua fala (José Feliciano Fernandes Ribeiro), ao indicar a importância da leitura da Revista do IHGB, articulando História e exercício da política, confere o Secretário do Instituto Histórico, ao mesmo tempo que sublinha um caráter pragmático para o seu tratamento. Herança do Iluminismo a marcar a visão de História do IHGB até pelo menos a década de 60 do século XIX. A idéia de que a História pode ser a *mestra da vida* subjaz a essa visão pragmática, reservando à ocupação com a História um sentido eminentemente político de orientação do presente. A tarefa de lidar com o passado aparece assim como caminho importante para a resolução das questões do presente; o passado não se esgota em si mesmo, mas ressurgue como campo de experiências, indicador de caminhos.¹⁴⁶

Apenas completando a fala de Manoel Salgado, o passado é “indicador de caminhos” que, todavia, já são, de certa forma, de antemão traçados. Interessam, desde sempre, a um projeto de Nação amparado nas noções de bem, belo e verdadeiro do racionalismo Iluminista. Um olhar que ilumina o objeto a partir de seus interesses político-civilizatórios.

É através da escrita da história que parte da tensão universal *versus* particular é “resolvida”. A história, enquanto disciplina, era tida pelos fundadores do IHGB como lugar capaz de desvelar o verdadeiro nacional, algo que, até então, não estaria sendo satisfatoriamente respondido pelo puro racionalismo iluminista, afastado que era dos

¹⁴⁵ GUIMARÃES, M. L. S., 1989, p. 25. É importante ressaltar que o que Manoel Salgado chama, aqui, de preocupação científica com a verdade, eu, acompanhando Arno Wehling, afirmo ser uma preocupação historicista com a verdade.

¹⁴⁶ Ibid., p. 26-27. Ou ainda, no sentido de aproximar os dois paradigmas de história, Manoel Salgado afirma: “Herdeiro de uma concepção antiga de História, lança-se o Instituto Histórico à tarefa de escrever a gênese da Nação brasileira, preocupação, neste sentido, moderna da historiografia européia do século XIX”. Id., 1988, p. 15.

movimentos do mundo. Através de um olhar para o mundo que afirmava respeito às mudanças, às partes, tornava-se possível um verdadeiro contato com aquilo que constituía o eixo de todos os movimentos, o elemento norteador do Sistema. A partir de então, o Império do Brasil poderia requisitar o lugar pretendido na orquestra das civilizações ocidentais. Vejamos as palavras de Januário da Cunha Barbosa:

Da ignorância dos povos vem comumente a facilidade com que se deixam embair. O conhecimento da história os teria resguardado de inovadores que se esforçam por desacreditar monumentos irrefragáveis, testemunhos fiéis, lançando-lhe a suspeita de erro e de mentira.¹⁴⁷

A história deveria desfazer enganos e, disseminada, apresentar um real estável, precaver contra as “mentiras”. Um real que, menos que movimento, era estabilidade. Notemos a tensão que habita o lançar-se do historiador ao movimento do mundo. A história, ao reconhecer e investigar os particulares que compunham a Nação, necessitava manter-se atenta em relação àqueles “inovadores que se esforçam por desacreditar monumentos irrefragáveis”. O que quer dizer: era fundamental construir discursos que não mais comportassem transformações, recusas, ceticismo. Ia-se ao particular pela via do Universal, do que seria o bem, o belo e o verdadeiro. Como podemos ver através do jornal *Minerva Brasiliense*:

Uma história geral e completa do Brasil resta a compor, e se até aqui nem nos era permitida a esperança de que tão cedo fosse satisfeito este *desideratum*, hoje assim não acontece, depois da fundação do Instituto Histórico, cujas as importantíssimas pesquisas no nosso passado deixam esperar, que esta ilustre corporação se dê à tarefa de escrever a história nacional, resultado final para que devem convergir os seus trabalhos.¹⁴⁸

Entretanto, se a história era capaz de revelar empiricamente o verdadeiro, ela se preocupava, também, e de antemão, em apresentar aquilo que devia ser o nacional. Aquilo que **deve ser** junto do que é. Constrói-se a Nação sem sair do lugar, no caso, o Rio de Janeiro. Como afirma o próprio Januário da Cunha Barbosa:

A História, tornando-lhe presente a experiência dos séculos passados, ministra-lhe conselhos tão seguros como desinteressados, que lhe aclaram os caminhos que deve

¹⁴⁷ Apud. WEHLING, A., 1989, p. 52.

¹⁴⁸ Apud. GUIMARÃES, M. L. S., 1988, p. 14.

seguir, os escolhos que deve evitar, e o seguro porto, a que uma sólida manobra pode felizmente fazer chegar a nau do Estado.¹⁴⁹

Ora, “descompromissado” é tudo o que o saber histórico não é. De uma forma ou de outra, quer a partir da verdade ou do bem, melhor dizendo, dos dois apoiando-se um ao outro, o IHGB forjava uma Nação particular capaz de dialogar com o mundo ocidental, assim como apropriada de autoridade e conhecimento suficientes para ser absorvida pelos três *mundos*. E aqui, menos do que atenção, temos os olhares inquiridores e vigilantes do *panopticon*.

O historicismo se faz presente amalgamado ao racionalismo, acompanhados do paradigma moral ciceroniano. O resultado é uma supressão parcial da tensão particular *versus* universal, a partir da afirmação de um eu hipertrofiado, se quisermos, de um Estado centralizado, produtor do que é e do que deve-ser. Vejamos as palavras que aparecem na Revista do IHGB em abril de 1847:

Deve o historiador, se não quiser que sobre ele carregue grave e dolorosa responsabilidade, pôr a mira em satisfazer aos fins políticos e moral da história. Com os sucessos do passado ensinara à geração presente em que consiste a sua verdadeira felicidade, chamando-a a um nexos comum, inspirando-lhe o mais nobre patriotismo, o amor às instituições monárquico-constitucionais, o sentimento religioso, e a inclinação aos bons costumes.¹⁵⁰

Chegamos, assim, a um historicismo limitado, repleto de estabilidade e de linearidade, ao invés de movimento e ruptura. Limitado, pois mais preocupado em afirmar o mito da Nação do que em construí-la empiricamente, como no movimento herderiano de “hermenêutica” e incompletude confessa. O IHGB se rende ao dever-ser que o permite fabricar abstrações significativas, e isso, repito, sem que se afastasse paradigmaticamente de outro mito, esse moderno, o da objetividade histórica. Moralidade, ontologia e gnoseologia quando pretendem à totalidade revelam, antes de tudo, os *inter-esses* (estar-em-meio sem querer abrir-se para os demais mundos) de grupos determinados.

Como vemos, a preocupação com a verdade ocupa o mesmo espaço reservado ao discurso moralizante, não devendo ser vistos, assim, como antinômicos. Aliás, de

¹⁴⁹ Apud. Ibid., p. 15.

¹⁵⁰ Apud. GUIMARÃES, M. L. S., 1988, p. 15-16.

acordo com Koselleck, a história *mestra da vida* não abandona a preocupação com o conteúdo, com aquilo que é, em prol de um aperfeiçoamento retórico e moral isolados.¹⁵¹ Ricardo Benzaquen comenta a relação entre ser e dever ser, inclusive no discurso historiográfico marcado pela tradição moralizante ciceroniana: “*Note-se, porém, que a ausência de especialização – e mesmo aquela variedade de conteúdos – não nos deve fazer supor que houvesse uma completa e irrestrita comunicação, uma absoluta transitividade entre a história e a tradição, isto é, que qualquer relato encontrado na memória coletiva pudesse automaticamente ser transformado num exemplo (...) Ao contrário, vamos assistir com freqüência a um esforço das mais distintas posições que se utilizam desta concepção no sentido de encontrar um filtro que garantisse uma relativa crítica das narrativas tradicionais, diminuindo a incidência do ‘mítico’, do ‘maravilhoso’, do ‘inverossímil’ e, conseqüentemente, aumentando o poder de persuasão de cada uma delas*”.¹⁵²

Ocorre que se costuma falar de duas gerações.¹⁵³ Os da segunda geração, entre outros Varnhagen, são entendidos como dialogando com o historicismo romântico de Herder e com o historicismo de Ranke, desviando-se do racionalismo iluminista.¹⁵⁴

¹⁵¹ Cf. KOSELLECK, R., 1983.

¹⁵² ARAÚJO, R. B. de, 1988, p. 30.

¹⁵³ Afirma Arno Wheling – “Houve, entre Varnhagen e os ‘pais fundadores’ do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como o visconde de São Leopoldo e o cônego Januário da Cunha Barbosa, uma diferença profunda de concepção em relação à história, a mesma que separou os grandes historiadores da primeira metade do século XIX de seus predecessores, os filósofos setecentistas da tradição de Montesquieu e Voltaire.

Os fundadores do Instituto Histórico, como também Martius, filiavam-se ao historicismo filosófico do século XVIII, na sua versão protonaturalista francesa, que encontramos de Montesquieu e Voltaire até Condorcet e Kant, em fins do século.

Influenciados por esta tradição de pensamento newtoniano, dele recusavam em geral apenas os excessos mecanicistas, aceitando os fundamentos mais significativos desta interpretação da realidade: a idéia de existência de leis naturais e a possibilidade da previsão histórica, tão claramente enunciada por Januário da Cunha Barbosa.

Varnhagen pertenceu a outra geração, já influenciada pelo romantismo e pelo clima de desconfiança em relação às soluções políticas oriundas do racionalismo da revolução. Ademais, ao contrário de São Leopoldo, que era um jurista, e Januário, um professor de filosofia, Varnhagen foi um historiador profissional, convicto da inadequação das generalizações filosóficas e da importância de pesquisa documental para um trabalho consistente”. WEHLING, A., 1999, p. 44-45.

¹⁵⁴ E aqui Arno Wheling nos remete a uma característica do historicismo de Varnhagen, item que o teria afastado do culturalismo de Vico e de Herder. Na historiografia de Varnhagen, as aproximações ao mundo da cultura e da natureza humana “vêm usualmente mescladas com categorias teológicas e morais (...)”, o que produziu fixidez e essencialidade às assertivas. WEHLING, A., 1999, p. 122. Ao contrário, por exemplo, da visada proposta pelo historicismo de Vico, pois, ainda segundo Arno

Nas duas fases, porém, há enrijecimento irreversível dos enunciados históricos produzidos. Ocorre que a preocupação com as **cores locais**, percebida, com matizes distintos, tanto em Januário da Cunha Barbosa quanto em Varnhagen, era orientada pelo *telos* moralizante do modelo nacional europeu disseminador dos “bons costumes”.

Na busca do movimento vêem o que seus olhos querem, melhor dizendo, o que **deve** fazer parte da verdade do mundo. “Falseiam”, honestamente em muitos casos, pois experimentam, humanos que são, a partir de *a priori* sólidos – o modelo de Estado-Nação europeu oitocentista. Narram a trajetória da colonização como despótica apenas se relacionada à supressão de soberania do então **futuro** e poderoso Estado brasileiro.¹⁵⁵ Era necessário que, ao se encontrar o eixo que dá sentido à história, no caso os elementos que apresentassem as cores particulares da Nação brasileira, agissem sem atuar, respeitando aquilo que deve ser mais do que aquilo outro que é em movimento. Não relatam qualquer ação arbitrária do Estado em relação a elementos menos importantes como os indígenas e os escravos, isso seria obstacularizar o justo andamento da história. O Estado é o elemento privilegiado na construção de memória. Apenas ele, através dos monopólios da força e do discurso, é capaz de forjar a Nação, de des-cobri-la. Vejamos o principal argumento que licenciava a atuação do Instituto Histórico de Paris, e depois, acompanhemos palavras de Martius:

Le besoin de l’histoire nous poursuit partout et à tout moment. Voulons – nous faire des lois? Sachons d’abord quelles sont celles qui manquent, et demandons à l’histoire

Wheling – “A contribuição de Vico, a despeito de sua escassa influência no século XVIII, o que é exemplo da força das concepções iluministas, consistiu na afirmação de dois pressupostos ontológicos em relação ao homem individual e coletivo: a - não existe uma ‘natureza humana’ essencial e permanente, presente em todos os homens, como queriam os iluministas. Ou, de forma positiva: existe uma permanente ação dos grupos humanos para relacionar-se com a natureza física e os outros homens, gerando contínuas e ininterruptas mudanças e produzindo o que chamamos ‘história’(...)”. Em Vico, apenas sublinhando, não haveria espaço para enunciados morais capazes de tratar o mundo da cultura como algo fixo, o que acabaria por refutar a viabilidade da história enquanto “mestra da vida”. Id., 2001, p. 64.

¹⁵⁵ Em relação a Varnhagen – “É o caso, por exemplo, da identificação dos portugueses e mesmo luso-brasileiros que lutaram contra os franceses no Rio de Janeiro quinhentista, ou no Maranhão contra os holandeses, como defensores de uma soberania dois ou três séculos *avant la lettre*”. Id., 1999, p. 69.

quel est le caractère des lois qui ont servi la cause de l'humanité, quel est le caractère de celles qui en ont combattu de progrès.¹⁵⁶

E, segundo as palavras lapidares de Martius:

Por fim devo ainda ajuntar uma observação sobre a posição do historiador do Brasil para com a sua pátria. A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. *Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo.* Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros *amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência*, em uma palavra, todas as *virtudes cívicas*. O Brasil está afeto em muitos membros de sua população, de idéias políticas imaturas. Ali vemos republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades. E justamente entre estes que se acharão muitas pessoas que estudarão com interesse uma história de seu país natal; para eles, pois, *deverá ser calculado o livro*, para convencê-los por uma maneira destra da inexigüidade de seus projetos utópicos, da inconveniência de discussões licenciosas dos negócios públicos ‘por uma imprensa desenfreada, e da necessidade de uma monarquia em um país onde há um tão grande número de escravos. Só agora principia o Brasil a sentir-se como um Todo Unido.¹⁵⁷ (Grifo próprio)

Uma prescrição que, mais importante do que a própria construção de conhecimento, em certa medida, domestica o presente e o passado, reduzindo o *espaço de experiências* e alargando um *horizonte de expectativas* que não permite ser ultrapassado, abstração que comanda o não viver da vida. Em última instância, a Nação brasileira já nascia a partir da necessidade de se conservar intactos os monopólios da força, da mão-de-obra e da terra. A Nação era algo buscado a partir do que já se conhecia e do que deveria ser desde antes, um discurso pouco próximo ao movimento plural do real. De um lado, o Estado centralista Conservador, de outro os *lugares* morais que civilizavam o Império do Brasil, nas palavras de Martius – “coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas”. Ambos movimentavam-se desde sempre protegidos. Varnhagen, na “História das lutas dos holandeses no Brasil desde 1624 a 1654”, nos mostra,

¹⁵⁶ Apud. GUIMARÃES, M. L. S., 1988, p. 12. E comenta Manoel Salgado – “Em suma: com a história é possível aprender de forma a não se comprometer a marcha do progresso social. História vista segundo sua instrumentalidade para a compreensão do presente e encaminhamento do futuro, princípios tão caros também àqueles que no Brasil se lançaram à tarefa de escrever uma história nacional”. Ibid.

¹⁵⁷ Apud. GUIMARÃES, M. L. S., 1988, p. 17.

contudo, que a preocupação moralizante não está descolada do interesse pelo que é verdadeiro.

Aos que lamentam o ver dissipadas algumas ilusões de apregoados heroísmos, rogamos que creiam que os haveremos precedido nessas jeremiadas; e pedimos se resignem ante a *verdade dos fatos*, com tanto maior razão, quanto essa verdade nesse mesmo livro lhes proporcionará, em vez dessas ilusórias glórias, outras mais incontestáveis.¹⁵⁸
(Grifo próprio)

O Estado-Nação iluminista e romântico é a lente que permite aos historiadores do IHGB olhar para as diferentes regiões do Império, e nesse jogo de aproximação constrói-se significativo distanciamento. Se Varnhagen acreditava estar aproximando as províncias a partir da construção de uma memória que respeitava aos elementos particulares da Nação brasileira, Gonçalves de Magalhães apontava para um equívoco estrutural que precisava ser repensado, a saber, o próprio esquecimento das regiões – desatenção -, e isso em nome da fortaleza de um Estado que deveria ser, para o autor fluminense, mais efeito do que causa. Vejamos os dois depoimentos:

...era para ir assim enfeixando-as/ as províncias/ todas e fazendo bater os corações dos de umas províncias em favor dos das outras, infiltrando a todos nobres sentimentos de patriotismo de *nação*, único sentimento que é capaz de desterrar o provincialismo excessivo, do modo que desterra o egoísmo, levando-nos a morrer pela pátria ou pelo soberano que personifica seus interesses, sua honra e sua glória” (...)
Em geral busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa, que nos beneficia com ilustrações; tratei de por um dique à tanta declamação e servilismo à democracia; e procurei ir disciplinando produtivamente certas idéias soltas de nacionalidade.¹⁵⁹

Já Magalhães acreditava que não por mal Varnhagen construía uma memória deveras partidária e, em seu entender, tão arbitrária. Todavia, apontou para os resultados imprecisos. Senão vejamos:

¹⁵⁸ Apud. WEHLING, A., 1999, p. 53.

¹⁵⁹ Apud. GUIMARÃES, M. L. S., 1988, p. 18. Favorável à preocupação moralizante que devia ter o historiador, atenção à reta formação da Nação, o que significava estar resguardado por um Estado forte e participar dos ideais civilizadores europeus, Varnhagen não se absteve em afastar-se de uma visada empírico-compreensiva que buscasse a verdade, classificando o índio como selvagem e o africano como bárbaro, por mais que decantasse a necessidade de se buscar respeitar as lógicas intrínsecas das diferentes culturas. Para essa última aproximação, Cf. WEHLING, A., 1999, p. 129-130.

Contaminados do espírito de partido (...) por elas julgam os acontecimentos, amoldando-os à sua feição; ou por eles impressionados apaixonadamente sentenciam, sem mais indagar e pesar as causas que os produziram. Do mesmo modo desfiguram as crenças, e infamam os usos e costumes; sendo que de ordinário só nos parecem razoáveis os nossos.¹⁶⁰

E continua denunciando o que seria uma prática historiográfica que de empírica pouco tinha. Prescrição que se resolve, segundo o próprio Gonçalves de Magalhães, a partir de assertivas “apaixonadas” e distantes do mundo da cultura. Enfim, busca factual imprecisa e pregação de uma moralidade arbitrária, egoísta.

A história, tal como os homens a escrevem, é o mais das vezes como um processo pleiteado por interesses contrários, que varia de arrazoado segundo o intento, e a dialética dos advogados; e tanto pode claudicar o historiador nas suas reflexões e interpretações, como nas exposições dos fatos. Para que estes sejam compreendidos, e falem por si mesmos, carecem de todas suas circunstâncias; e uma só omitida por descuido, ignorância ou malícia, errado irá o raciocínio, injusta e falsa a conclusão.¹⁶¹

Enfim, como afirmou Arno Wehling, a escrita da história em Varnhagen, assim como em grande parte dos historiadores do IHGB, estava repleta de bipolaridade e maniqueísmo. Uma alteridade forçada, construída sob a égide moralizante da Nação pretendida.¹⁶² Preocupação em construir o passado a partir dos interesses do presente, do Estado em construção, melhor dizendo. A elaboração de uma *memória-lembrança*¹⁶³ que se erigia, em boa parte, a partir do racionalismo Iluminista francês, de sua noção de civilização e de sua economia moral, e próxima, também, ao sentimento e descobertas românticos. Como afirma Manoel Salgado:

A escrita da história, ainda que submetida a regras próprias ao seu campo, não está desvinculada da política. Menos ainda no interior daquela instituição tão visceralmente comprometida com o projeto nacional em vias de implementação pelo Estado imperial brasileiro.¹⁶⁴

¹⁶⁰ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1860. p. 3.

¹⁶¹ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1860, p. 4.

¹⁶² Cf. WEHLING, A., 1999, p. 69-70.

¹⁶³ Cf. WILKE, V. C. L., 2000. A autora nfala de uma *memória-esquecimento*, pois deseja sublinhar a necessidade do esquecimento à vida produtiva do homem (segundo Nietzsche). O esquecimento enquanto lugar constitutivo, desafiador. Em se tratando da idéia de memória para a maior parte dos intelectuais e políticos que ocupava o IHGB, temos, na mão inversa, a preocupação em preencher a vida com elementos mesmos, afastando-se da possibilidade de surpreender-se, de mudar – o que chamo de *memória-lembrança*. Cf. NIETZSCHE, F., 2003.

¹⁶⁴ GUIMARÃES, M. L. S., 1989, p. 26-27.

3.1.3. Finitude e diálogo: a escrita da História

Magalhães remete-se à forma equivocada e parcial com que Varnhagen teria buscado construir uma memória histórica sobre os indígenas do Brasil.¹⁶⁵ Segundo ele, Varnhagen, em seu desejo de “vitória a todo custo”, auxiliava na construção de um Estado que se voltava contra as origens mais essenciais da Nação brasileira, de costas para os diferentes elementos que a compunham. Magalhães afirmou a não civilização daqueles que dirigiam, melhor dizendo, que “oprimiam” os “brasilienses”, bárbaros aculturados, arbitrários e irracionais; daqueles que através da força e da escrita da história davam contornos falsos e despóticos ao que seria a Nação brasileira.

... não nos esqueçamos que os vencedores querem ter toda a razão do seu lado, mesmo quando levantam fogueiras;¹⁶⁶ e o historiador é um juiz reto, e não o panegerista da vitória a todo custo. (p.4-5)

Vencedores que estão

sempre empenhados em todos os tempos a glorificar seus atos com aparências de justiça, e a denegrir as suas vítimas com imputações de todos os gêneros; engano fora se cuidássemos achar a verdade e os fatos expostos com sincera imparcialidade, e devidamente interpretados. (p.3)

Como podemos ver, Magalhães busca afirmar um direcionamento errôneo que estava sendo dado à construção da memória coletiva no Império do Brasil. Se, como já dissemos, os historiadores do IHGB, entre eles Varnhagen, se esforçavam para construir o Estado brasileiro e, a partir deste, a Nação, o mesmo não podemos afirmar em relação a Gonçalves de Magalhães. O movimento que ele buscava imprimir era no sentido inverso. O Estado devia ser mais um resultado que representasse e protegesse

¹⁶⁵ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1860, p. 31. Aliás, como esse será o texto principal que utilizaremos nos subitens 3.1.3 e 3.2, a referência às páginas será feita sem a repetição do título. Em relação ao texto de Varnhagen a que se refere o autor fluminense, trata-se da – *História Geral do Brasil* - 1854-1857, especialmente o tomo I.

¹⁶⁶ Magalhães está sempre se remetendo à força punitiva da fogueira. Como veremos no próximo capítulo, ele está se referindo diretamente à utilização arbitrária e obscura da fé católica.

os acordos e tradições compartilhados pelas individualidades, do que aquele que criava normas e objetivos distantes dos diálogos entre os integrantes inteligentes e responsáveis da Nação em construção.

Segundo Magalhães, completeemos, um despotismo velado por detrás de interesses partidários, ditos nacionais, insistiam em escamotear algumas presenças cotidianas, a saber, o histórico sofrimento do índio com sua escravidão e morticínio, assim como seu não reconhecimento enquanto cidadão e também a permanência da escravidão negra, produtora de irracionalismo que aprisionaria o senhor e o escravo; toda a sociedade melhor dizendo. Enfim, uma trajetória de esquecimento e de lembrança produzida em nome da “ambição”.

Magalhães denunciava a “cobiça” do homem “civilizado” europeu. Remetia-se ao passado e ao presente. E nos alertava também para uma espécie de capacidade ilusionista, apta a fazer desaparecer o que não deveria ser lembrado, pondo em seu lugar imagens redentoras indissolúveis.

O elemento europeu (...) desde que herdeiros dos remanescentes da civilização grega e romana que combateram, deixaram por esse mesmo combate o estado selvagem em que viviam (...) Esse elemento não necessita hoje de reabilitação aos olhos da filosofia. Ele domina por toda parte e voa, através dos mares, até onde a cobiça lhe acena alguma presa. Seus mesmos erros e crimes acham-se suficientemente compensados por ilustres e apregoados feitos que assinalam a sua marcha invasora, a par de muitas destruições e mortes. (p. 6)

E continua:

De ordinário esses narradores de coisas novas, que se não recomendam pela sua ciência e desinteresse, tendem mais a notar o ridículo e extravagante que exageram, do que o bom e razoável (...) O amor ao extraordinário os leva a hipérboles e fábulas; acham homens monstros, sem lei nem grei, como acham gigantes e amazonas. (p. 5)

A crítica de Magalhães se dá em duas direções. Fala-nos de um certo discurso historiográfico partidário (ilusionista), repleto de “hipérboles” e “fábulas”, do que resulta o “exagero” mal intencionado, apontando, também, para certo despreparo. Varnhagen e outros historiadores do IHGB não estariam, mesmo que interessados, devidamente instrumentalizados para produzir conhecimento científico, apesar do

discurso empírico pretendido. Magalhães está defendendo a busca de certa objetividade, sendo essa, porém, problemática.

Quando pois nos apresentam documentos vários, provenientes de um só lado, cumpre-nos procurar a verdade pela crítica, e por um método indireto, notando sempre as contradições, como fazem os juízes no acareamento das testemunhas; cingir-nos aos fatos principais em que todos estão de acordo; desviar reflexões e epítetos afrontosos; e admitir verdade todo o bem que dizem do inimigo. As acusações que mutuamente se fazem os de um mesmo lado, divididos por interesses contrários, justificam o terceiro sem voz para se defender, e são para o historiador sincero novas fontes de verdade. (p. 4)

E sobre o que vem a ser a objetividade da história:

Há na história três categorias de verdade: a dos fatos, a das intuições, e a das conclusões morais e políticas do historiador. A exatidão histórica não há de ser tal como a do daguerreótipo, que é a força mesmo de sua momentânea e passageira fidelidade, desfigura o semblante, nos dando a expressão ordinária, que é a vida própria da fisionomia, e do retrato; e menos ainda como a da caricatura, que sacrifica as formas naturais à força da expressão exagerada e caprichosa. E neste caso estão as pinturas (...) que fazem do nosso selvagem. (p. 36)

Aqui estamos dialogando com um autor preocupado com a autenticidade das fontes. Apontando para a necessidade da realização duma crítica que em muito se aproxima da metodologia rankeana. Devem ser vistoriados, além da autenticidade da fonte primária, a logicidade interna dos documentos e os possíveis exageros. Nessa busca de se notar “sempre as contradições”, o historiador Gonçalves de Magalhães aproximava-se do paradigma moderno de história. Objetividade e intersubjetividade. Aquela devia ser buscada, esta seria o próprio limite da objetividade. Como afirma Magalhães, muito próximo de Vico e de Herder:

A estas belas páginas que acabamos de ler, e que ainda não dizem tudo; porque a história não entra no interior da vida doméstica e industrial dos povos (...) (p.40)

Vemos, enfim, que Magalhães está preocupado em recusar a assertiva de que a tarefa do historiador é um simples exercício de recolhimento e transcrição de fontes, num labor que visa a apreender a absoluta verdade. Ele ressalta a importância de se elaborar crítica, mas também, de se **doar** sentido. Afronta, assim, numa outra direção,

o discurso monocórdio, pretensamente empírico (científico) e imparcial. Critica a hipertrofia do sujeito, a objetividade decantada pela aproximação de certo paradigma moderno de história ao modelo newtoniano.

O mérito da história não consiste só no encadeamento dos fatos, nomes e datas (...) Consiste mais que tudo na justa apreciação dos homens e dos acontecimentos, e na melhor lição moral e política que possa servir ao aperfeiçoamento da ordem social, impedindo-a que recaia nos mesmos erros do passado. O historiador há de ser filósofo para bem indagar e *julgar*; poeta para bem *sentir*; moralista para bem doutrinar, e político para bem aplicar. (p. 35)

O que propõe Magalhães resume-se a quatro conceitos, quais sejam, **atenção**, **investigação**, **movimento** e **diálogo**. O historiador deve bem indagar e procurar julgar com atenção, já que as fontes, por si só, não falam. Deve sentir, intuir, pois o binômio razão/entendimento, como já vimos na segunda parte do primeiro capítulo, possui limites. E tudo isso nos faz entrever que a capacidade de conceituar da história, de dar conta do que aconteceu em absoluto, é rejeitada.

Dentro desse mesmo universo, a moralidade que Magalhães propõe a partir da História se remete mais a um diálogo do que à imitação moralizante. Ele reconhece o constitutivo movimento do tempo enquanto produção do novo. Fala-nos de uma relação com o passado que resultaria num aprimoramento crítico-reflexivo e moral do homem. Trata-se da capacidade que o homem tem de observar e refletir dentro do diálogo, e de construir lugares comuns; normas a serem seguidas com atenção. Julgamos, sentimos, ouvimos e criamos.

Como não estudamos a história só com o único fito de conhecer o passado, mas sim com o fim de tirar úteis lições para o presente; assim no estudo do que chamamos modelos não nos devemos limitar à sua reprodução imitativa.¹⁶⁷

Magalhães está criticando o discurso moralizante que pretende a domesticação da ação, do novo, assim como não deixa de apontar para as promessas objetivas ilusórias dos historiadores “modernos” do IHGB, em especial Varnhagen.¹⁶⁸ Ambas

¹⁶⁷ MAGALHÃES, D. J. G. de M., 1980 [1836], p. 38.

¹⁶⁸ Os juízos morais e as assertivas ontológicas e gnoseológicas se encontram na mesma origem, produzindo ambição e egoísmo. Segundo Roberto Machado – “A genealogia da verdade prolonga e

as estratégias discursivas fazem parte, segundo Magalhães, de uma atitude política comprometida com os interesses particulares que davam direção ao Estado imperial em construção. Portanto, o discurso objetivo de Varnhagen estaria, segundo Magalhães, afastado da pretensão “hermenêutica” romântica e mais próximo do racionalismo iluminista e da moralidade proposta pela história *mestra da vida*.¹⁶⁹

As palavras do autor brasileiro poderiam ser substituídas, digamos que sem grande perda de verossimilhança, por aquelas de outro filósofo do século XX, acompanhemos:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele foi exatamente’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.¹⁷⁰

Recapitulando, o que vimos até agora é que mais do que denunciar as injustiças físicas e memoriais que teriam sido cometidas contra os indígenas, algo que põe a escrita da história no centro do texto de Magalhães, aparece uma contestação ainda mais radical. Alerta para a constitutiva movimentação dos mundos da cultura e da natureza, desdizendo a objetividade de que os dados da razão eram revestidos. Vejamos:

As regras d’estatística, que longe estão de serem axiomas de geometria, dado que mais ou menos certas em geral e abstrato, sofrem contudo grandes descontos, por

completa a genealogia da moral. A crítica ao ideal de verdade, ao valor da verdade é a extensão da crítica aos valores morais dominantes”. MACHADO, R. 1999, p. 76. Cf. NIETZSCHE, F. 1976.

¹⁶⁹ No subcapítulo 3.1.2 afirmamos que Varnhagen, representando a segunda geração do IHGB, teria se comportado entre o discurso racionalista moralizante e o paradigma moderno “hermenêutico” de História. Todavia, Magalhães parece afirmar que o racionalismo moralizante teria abarcado qualquer pretensão compreensiva da escrita da história em Varnhagen. Segundo o autor fluminense, Varnhagen teria pretendido inquirir o mundo social a partir das referências epistemológicas e metodológicas do racionalismo iluminista.

¹⁷⁰ BENJAMIN, W., 1985, p. 224. Completando, Benjamin muito se aproxima do que Certeau afirma ser constitutivo à escrita da história, a saber, o sempre *não dito* e a marca de *mundanidade* dada pelo *lugar* no mundo, sempre autêntico. Cf. CERTEAU, M. de, 1983. Com isso nos afastaríamos tanto quanto possível da domesticação do *espaço de experiências*. Acompanhemos o comentário de Valéria Cristina Lopes Wilke às conseqüências das assertivas benjaminianas – “O método dialético benjaminiano ao contrário, prega uma inversão desta relação: o passado deveria receber sua fixação dialética a partir do presente, que efetuará a síntese sobre duas imagens oníricas antitéticas. Desde esta ótica, na concepção historicista residiria o mais forte narcótico do século XIX, uma vez que, ao conceber a história como aquela instância que visa a mostrar a coisa ‘tal como aconteceu’, teríamos tanto o esquecimento proposital do presente quanto a fixação do ‘tal como aconteceu’ como sendo os fatos a partir da perspectiva dos vencedores”. WILKE, V. C. L., 2000, p. 164.

circunstâncias atenuantes, quando se aplicam; e que muito, quando em tal caso também os sofrem as verdades matemáticas. (p. 51)

E, continuando, refuta as conclusões lógicas apresentadas por Varnhagen sobre a inviabilidade da construção de uma sociedade estável a partir do *ethos* indígena. Primeiro a partir da constatação de um equívoco historiográfico do próprio Varnhagen, a saber, a de que os índios eram nômades; e mais a seguir, a partir dos próprios **mistérios** intrínsecos aos mundos da natureza e da cultura:

Pretendendo o Sr. Varnhagen demonstrar o quanto está hoje o Brasil mais povoado do que no tempo em que começou a sua colonização (...) e que por conseguinte nem chegaria a um milhão os Índios que percorriam nessa época o nosso vasto território invoca um axioma conhecido d'estatística, - que em qualquer país a povoação só toma o devido desenvolvimento, quando os habitantes abandonam a vida errante e nômade, para se entregarem à cultura da terra com habitações físicas. - Como se esse princípio tivesse inteira e contrária aplicação aos primeiros íncolas brasios.

De grande peso fora esse aforismo na balança dos nossos cálculos estatísticos, se os Índios não cultivassem a terra, e não fossem os índios 'tão limpos, gordos e são, e tão formosos que não pode mais ser' (...) Se as necessidades materiais dos homens dos bosques, e de modestos pescadores de piscosos mares e rios fossem as mesmas dos luxuriosos habitantes das cidades, quando o que sobeja a cem daqueles não chega às vezes a só destes; *como se o historiador mesmo não citasse o testemunho de Acunna*, que faz menção de 'uma grande taba ou povoação de uma légua que forneceu à sua expedição quinhentos fonegos de farinha' isto é, dois mil alqueires. O que prova quanto os Índios agricultavam e fabricavam, não só o necessário para a sua subsistência, como ainda o supérfluo para dar ou permutar. E essa grande taba, ou cidade, que não era a única, comunicava-se com outras por caminhos abertos e transitados. Mais uma prova de que viviam em sociedade, com grandes centros de moradas fixas. (p. 49-50) (Grifo próprio)

Enfim, Magalhães fala de uma "fantasiosa" memória forjada pela confecção de histórias como a de Varnhagen. Juízos calcados nas imagens e paixões do presente. Lembrando, em seguida, daqueles mistérios que superam o poder de compreensão da razão, da qual já falamos.

Habitamo-nos tanto a considerar os indígenas como selvagens errantes sem lei nem grei, a despeito do que em contrário sabemos continuamos a raciocinar como se eles assim fossem; talvez pelo estado de decadência a que se acham reduzidos os que por esses sertões se refugiaram.

Ponde em um lugar dez casais de colonos com moradas fixas, rateando e amanhando a terra para deixar um legado aos seus filhos: e em outro lugar dois ou três casais de nômades, suprimindo o pouco do solo com a pesca e a caça; e no fim de alguns anos

poderão os primeiros, por calamidades diversas, estar todos extintos, e os segundos em grande aumento de família. (p. 51) (Grifo próprio)

Vejamos um pouco mais das imagens construídas em relação à cultura indígena, em especial por Varnhagen, assim como a crítica de Magalhães. Perceberemos que o “historiador” fluminense buscava em fontes primárias reconhecidas, assim como em antinomias presentes no próprio discurso de Varnhagen, rechaçar a superioridade ontológica da cultura européia.

3.2.

Um diálogo entre Magalhães e Varnhagen

Mas se não tenho motivos para victoriar os seus opressores, não unirei por isso minha voz ao coro dos que os acusam. Em uns e outros respeito os nossos antepassados; a uns e outros devemos o que somos. Bons ou maus, constituem o passado do Brasil; e nenhuma nação conhecida teve mais ilustres fundadores. De certo nem os Indígenas deste continente eram tão ferozes, tão incultos, tão selvagens como os bárbaros do norte da Europa, nem os portugueses tão degenerados como os Romanos da decadência. (p. 48-49)

As palavras de Magalhães permitem, quase sempre, múltiplas interpretações, e isso não é diferente quando comenta a relação entre indígenas e portugueses no processo de colonização da América portuguesa. Podemos acompanhar interpretações advindas de textos importantes da crítica literária, entre eles o de Antonio Cândido, que afirma, entre outros, que o tratamento dispensado por Magalhães aos indígenas se baseou num *apriorismo* cultural.¹⁷¹ No universo historiográfico, Magalhães tem sido visto como um literato preocupado em forjar e consolidar o Estado imperial Conservador, havendo, também, a possibilidade de se entendê-lo a partir da chave do movimento indianista, como defensor incondicional da superioridade dos autóctones em relação à civilização proposta pelos portugueses e pelos brasileiros que dirigiam o Estado imperial.

¹⁷¹ José de Alencar e Varnhagen também criticaram obras como a *Confederação dos Tamoios* de Gonçalves de Magalhães. Alencar, por exemplo, afirmou, em conhecida e longa querela, não respondida no mesmo tom por Magalhães, que não se podia compreender a alma nacional brasileira através de formas alienígenas como a epopéia. Em relação à estrangeiridade da forma e do conteúdo em Magalhães, dois são os esclarecimentos que desejo fazer. Em primeiro lugar, e isso afirmo reconhecendo, destarte, a necessidade de leitura detida dos escritos estéticos de Alencar, o autor de *Ao correr da pena* parece estar dialogando de dentro de um universo que Magalhães reputa como falso em si mesmo, o da busca da originalidade enquanto lugar desvelador da absoluta verdade. Aliás, não devemos esquecer do papel atribuído por Magalhães à imaginação em relação à produção de conhecimento. Em segundo lugar, Magalhães afirma na advertência à segunda edição da *Confederação dos Tamoios* suas reservas à forma da epopéia – “A rima facilita a versificação e lhe encobre os defeitos; e dado uma vez o compasso das estâncias, amolda-se o pensamento sem mais trabalho. Mas razões tive para em uma longa composição desta natureza não escravizar o desenvolvimento das idéias a um compasso uniforme de repetidas sílabas consoantes.

Se Camões e Tasso, cedendo ao gosto do seu tempo, adotaram a oitava-rima em suas sublimes epopéias, à imitação de Boiardo e Ariosto que antes a empregaram em seus poemas herói-cômicos, onde ela assenta, não é isso a razão para que se conformem os modernos a tal exemplo (...)

Não se sustenta o poema épico pela rima; não precisa dela o sonoro hendecassílabo português, nem a nossa língua tão latina”. MAGALHÃES, D. J. G. de, 1864 [1856], p. 30-31.

A análise que se inicia por agora não pretende optar por um daqueles dois caminhos, até porque acredita que o pensamento de Gonçalves de Magalhães é suficientemente tenso, e capaz, portanto, de comportar alguns matizes interpretativos distintos. Nos deteremos no que Magalhães afirma ser o seu objetivo ao desconstruir e construir a memória em relação ao indígena, qual seja: 1. demonstrar o caos da cultura em detrimento de certa essencialidade e fixidez, pretendidas por Varnhagen;¹⁷² 2. afirmar a necessidade de contínuo aprimoramento moral e intelectual, independente da cultura a que se pertence; 3. mostrar a força da cultura indígena que se fazia presente apesar de todo o ultraje físico e moral; e 4. alcançar o reconhecimento dos contemporâneos em relação à presença física e cultural indígena. Pois bem, Magalhães afirma, novamente, que não deseja apresentar heróis e derrotados, afinal – “nem os Indígenas deste continente eram tão ferozes (...) nem os portugueses tão degenerados (...)” -, mas sim manifestar um equívoco que impedia a sociedade de caminhar em direção ao justo diálogo.

Filho da Civilização, admirando as suas maravilhas, gozando dos seus dons, nem por pensamento, nem por zombaria pretendo imitar o filósofo de Genebra, nesse seu discurso em favor do estado selvagem, verdadeiro brinco de uma imaginação caprichosa, como o elogio da loucura feito por Erasmo. Mas por amor dessa civilização mal definida, que é o ídolo do nosso historiador, não irei quase ao ponto de acusar a Providência de haver abandonado a espécie humana só a mercê de instintos ferozes, dizendo como ele ‘sem os vínculos das leis e da religião o triste e mortal propende tanto à ferocidade, que quase se metamorfoseia em fera.’¹⁷³ (p. 30-31)

Nem do lado da “imaginação caprichosa” de um Rosseau, pensador que teria, segundo Magalhães, rechaçado o importante acúmulo de conhecimento e de progresso aferido pela civilização ocidental, nem defensor de uma natureza selvagem do índio, o que, segundo Magalhães, perpassa a atividade historiográfica de

¹⁷² Arno Wehling fala da essencialidade da cultura como característica marcante do pensamento de Varnhagen – “Da mesma forma que em Varnhagen encontram-se manifestações sobre problemas de natureza política e social, mas não uma filosofia política, seria inútil procurar, na sua obra, análises filosóficas, tanto ontológicas como gnoseológicas, sobre o homem e sua historicidade. Há, entretanto, considerações e posicionamentos explícitos sobre questões de ordem ontológica, como a natureza humana e a natureza histórica das culturas”. WEHLING, A., 1999, p. 121.

¹⁷³ É importante lembrar que Magalhães, ao citar Varnhagen, ou qualquer outro historiador, busca apresentar, precisamente, a referência bibliográfica. Essa preocupação deve ser entendida como parte do que Magalhães exclama ser a escrita da história. Como já vimos, preocupação crítica moderna em relação às fontes. O que acaba, entretanto, por desaguar num ideal de objetividade distinto do newtoniano.

Varnhagen. Sendo precisamente nesse ponto que Magalhães, não tão diretamente, afirma ser Varnhagen influenciado por Hobbes.¹⁷⁴

É justo que localizemos estar o determinismo cultural duplamente refutado por Magalhães em relação aos indígenas do Brasil. De um lado, documentos históricos revisitados, como a carta de Caminha e os relatos dos viajantes, que falavam de um índio perspicaz e dócil. Do outro lado a filosofia. O raciocínio é: Deus não poderia ser responsável pelo mal, dada a sua perfeição. Logo, a prática do mal, antes de natural a qualquer cultura, seria resultado do uso errôneo do livre-arbítrio do homem.

Seria a partir do falso axioma da selvageria intrínseca ao indígena que a tradição historiográfica capitaneada por Varnhagen, segundo Magalhães, teria construído *lugares emblemáticos* como: a constitutiva *condição nômade*; a *irreligiosidade*; a *promiscuidade*; a *irracionalidade* e a *ausência de legalidade* presentes na cultura autóctone.¹⁷⁵ Enfim, Magalhães quer afirmar que o estado selvagem do índio não é natural, mas sim **cultural**, e que tanto eles quanto os “brancos” deveriam se preocupar em aperfeiçoar-se moralmente e intelectualmente, ao invés de apontar para os problemas do outro na posição de entes superiores inatingíveis, representantes de uma civilização descolada da condição humana finita. Segundo Magalhães, a única natureza que o homem possuía era a de abrigar em si todas as condições possíveis para o reto uso da liberdade. Nosso autor investe no redimensionamento do valor da cultura ocidental, assim como busca apresentar novos dados e interpretações sobre a cultura indígena, insistindo na crítica ao determinismo cultural. Vejamos:

Tais sendo os princípios do historiador, não admira que tão poucas simpatias mostre por povos que não tinham leis escritas; e que não saiba porque há poetas, até filósofos, que às vezes fazem a sátira da civilização, descobrindo algumas virtudes no estado selvagem, sem que por isso vejam nesse estado a maior felicidade humana. Os brocados da civilização encobrem muitas misérias, e a poucos chegam; e prestam-se mais à sátira que as pobrezaas do selvagem. (p. 31)

¹⁷⁴ “Não presumo que seja o nosso historiador sectário de Tomas Hobbes; porém no seu horror à guerra da selvageria, professa às vezes os mesmos princípios e paradoxos de moral e de política, ao nosso ver funestos, que o levam a recomendar com insistência o emprego de força, e a levar a ambição e a cobiça, que depois, do zelo religioso, ‘são, diz ele, os outros dois sentimentos da humanidade no empreender obras grandes’”. (p. 33)

¹⁷⁵ Cf. LE GOFF, J. 1978.

E continua:

E devemos nós crer que sem essas leis tudo era miséria, sofrimento e brutalidade? Que nada havia por onde se guiasse o homem? Como pois o triste mortal quase metamorfoseado em fera por falta de leis e de religião, inventou a religião e leis, sem idéias de Deus, de ordem e de justiça? É como se me dissessem que antes da lógica como arte, e da moral como ciência, não havia lógica no entendimento, nem sentimentos morais no homem. (p. 32)

Enfim, Magalhães alerta para o sentido não necessariamente progressivo do aprimoramento humano, para retas razões esquecidas, para males lembrados e inventados; para certo caos do mundo da cultura que permite ao autor denunciar os caminhos errôneos tomados pela civilização burguesa ocidental e pelo Estado brasileiro em especial.

Após apontar para o equívoco que constituía a condição selvagem inata e, portanto, irrecuperável da cultura indígena, Magalhães denunciou uma certa economia moral que constituiria a civilização ocidental e que seria um outro grande sustentáculo da escrita da história de Varnhagen, qual seja, a valorização da **cobiça** e da **ganância**. Esses dois parâmetros morais, segundo Magalhães, estariam na base, também, da formação do Estado imperial, pois não nos esqueçamos da aproximação que estabelece o autor entre os interesses dos dirigentes do Estado imperial e a memória forjada por Varnhagen.¹⁷⁶ Assim:

O historiador nem sequer disfarça e doma um pensamento, *que é hoje bem acolhido*, e que se por todos fosse aplicado e praticado produziria a conflagração geral da sociedade. Lembra-se porém da conveniência da poesia, quando aconselha a concessão de brasões de armas! *Virtuoso é pois quem cheio de cobiça*, lida no campo da glória e da fortuna e aumenta seus capitais, tomando Terras, e apresando navios! *Um feliz corsário será um herói virtuoso aos olhos da moral?* (p. 34-35) (Grifo próprio)

Após revelar que elementos ontológicos sustentam o discurso historiográfico de Varnhagen, o primeiro passo de Magalhães é o de mostrar que valores como a cobiça não são constitutivos nem dos indígenas – “*Eis uma virtude que nossos selvagens não tinham*” (p. 34-35), nem dos colonizadores. Criticou a afirmação de Varnhagen de que a capitania de Pernambuco teria obtido êxito graças à ambição de Duarte

¹⁷⁶ E aqui é fundamental lembrarmos que Magalhães aproxima os discursos do conhecimento e prescritivo, quando despóticos, à busca individualista de realização absoluta dos desejos.

Coelho. E fez mais, exibiu uma carta deste último apresentada pelo próprio Varnhagen em sua *História Geral do Brasil*, na qual o elemento principal é a denúncia feita, justamente, em relação à cobiça, enfrentada pelo colono. Senão vejamos:

Entretanto o historiador transcreve o trecho de uma carta de Duarte Coelho que para a Corte se queixava da ‘negra cobiça do mundo ser tal que turba os juízos dos homens’. O que me faz crer não atribuí a donatário à cobiça o zelo que o animava pela prosperidade de sua Capitania. (p. 35)

Magalhães continua a desconstrução em relação à memória forjada por Varnhagen e afirma que muitas foram as contribuições que a cultura indígena teria legado aos colonizadores, à constituição da Nação brasileira. Nesse momento do texto, Magalhães realiza o que chamaríamos de história cultural. Acompanhem:

Na primitiva construção das casas, em vez de pregos, se adotou timbópeba, para segurar as ripas, conforme usavam os índios em suas construções também se adotaram as próprias formas de suas cantaras ou vasos de barro para trazerem água do rio e das fontes; e em outros artigos domésticos foi a adoção do uso tão excessiva que até com eles vieram seus próprios nomes de língua tupi, os quais para sempre no Brasil acusam sua procedência... (p. 38)

Nem selvagens nem alheios ao progresso. Importantes enquanto elemento cultural formador da Nação brasileira. Magalhães teceu um inventário de outras “falsas” imagens que habitariam a memória coletiva, fato que, segundo o mesmo, em muito dificultaria o justo amálgama entre as partes que compunham aquela Nação. O que nosso autor está declarando, enfaticamente, é que havia um descompasso entre o Estado e os seus representados, e mais, que esse distanciamento era proposital e se valia da construção de mitos e da façanha de fazer parecer universal o que era da ordem do particular. Uma hipertrofia do Estado.

Tem-se feito da política uma ciência oculta, misteriosa e empírica, sem regras fixas, sem princípios; uma ciência estratégica de ataque, e não de defesa e na qual são iniciados certos adeptos com quase exclusão de honra, de modo que quando se quer dizer que alguém é político, diz-se indiferentemente que é fino ou velhaco. O sistema do egoísmo santificado presta-se a todas as interpretações; e já poucos se pejam de ostentar procederes que outrora se reputaram crimes. Afinal para selo das nossas vergonhas, inventou-se o célebre sistema das transações que cifra-se todo em um

tráfico da justiça: quem nada tem nada alcança. Todos os poderes são arrematantes de direito. Assim na decadência do império romano se punha em leilão a coroa cesária!¹⁷⁷

E continua, exclamando o distanciamento entre o *mundo do governo* e as diferentes regiões.

Estrangeiras são nossas instituições, mal e intempestivamente enxertadas, avessas aos nossos costumes e naturais tendências, e em desacordo com a vastidão de um terreno sem tamanho, e diferenças inconciliáveis de classes.¹⁷⁸

Vemos que o “egoísmo”, elemento prestigioso a Varnhagen, estaria presente, segundo Magalhães, na atuação daqueles que ativamente planejaram a consolidação de certa direção. Junto ao “egoísmo”, temos a condição “estrangeira” das instituições do Império. Os dirigentes imperiais, arbitrários e “ambiciosos”, eram verdadeiros déspotas, que faziam do *mundo do governo* um lugar de “ataque”, homens sem “honra” que, afastados das cores locais, teriam dado as costas para a busca dos mais sólidos elementos que constituíam a Nação. Os problemas mais visíveis teriam sido maquiados pelo egoísmo que “prestava-se a todas as interpretações”. O resultado é claro. “Avessas aos (...) costumes e naturais tendências” as instituições, leia-se inclusive a memória oficial, reproduziam problemas e criavam maior miséria e solidão, andavam “em desacordo com a vastidão de um terreno sem tamanho, e diferenças inconciliáveis de classe”.

Pois bem, um passo importante, segundo Magalhães, na constituição de um Estado-Nação atento aos problemas e costumes mais particulares, era reconstruir, a partir das fontes documentais e dos juízos mais fidedignos possíveis, a imagem acerca do índio, de sua herança e presença. Magalhães começa, assim, apontando para a presença de uma “ciência” indígena por vezes à frente do cabedal racional-empírico europeu.¹⁷⁹ Pois, por exemplo:

¹⁷⁷ MAGALHÃES, D. J. G. de, 1989 [1848], p. 15

¹⁷⁸ Ibid.

¹⁷⁹ Sobre a distância de Varnhagen e de outros habitantes do Império em relação às realidades culturais das outras províncias – “O historiador reconheceria esse tipo sem dificuldade, se em vez de conjecturar do seu gabinete, viajasse pelo interior das nossas províncias. Mas a religião, a língua, as leis, os novos hábitos sociais, e o esquecimento do passado, fazem que todos se julguem brasileiros, sem indagar a sua origem”. (p. 62).

É deles a observação confirmada pelos nossos fazendeiros, que as madeiras, para que durem, hão de ser cortadas no minguate, que se o forem em outro tempo, facilmente empenam e apodrecem. No minguate plantavam a mandioca e os carás; e na lua nova o milho, os feijões e a cana (...) (p.40)

E continua afirmando que o olhar determinista e preconceituoso, resguardado pelos mitos da selvageria inata e do parasitismo improdutivo, ou cometeram injustiças, legando a quem não de direito importantes descobertas, ou não raro, simplesmente porque despreparados, deixaram de perceber importantes informações.

Augusto de Saint-Hilaire achou essa prática [a do corte da madeira durante a lua minguate] muito seguida na Província do Espírito Santo onde há grande cópia dos Índios; e dela faz menção no tomo 2º página 248 da sua *Viagem nos Destritos Diamantinos*; mas por engano atribui essas idéias aos agricultores europeus, que ao contrário aqui as acharam". (p. 40)

Se não assentassem os nossos cronistas que tudo era ignorância e abusões nos selvagens, teriam recolhido muitas observações curiosas, em vez das superficialidades que notaram (...) (p. 41)

Um outro axioma a ser refutado pelos apontamentos que Magalhães faz em relação à cultura indígena, refere-se à imputação de **promiscuidade** e de **imundície**, que, diga-se de passagem, encontramos, até os dias de hoje, nas entrelinhas dos livros didáticos.

Vastos e acertados eram os seus conhecimentos médicos e botânicos. Como meios higiênicos usavam metodicamente dos banhos frios, de manhã e de tarde; das sangrias, e do fogo durante a noite em suas habitações térreas; e jamais consentiriam impureza sobre os seus corpos. (p. 41)

E vai adiante:

A mudança periódica das tabas, o que faz que os julgássemos nômades, e que se efetuava para uma milha distante do lugar, que por algum tempo deixavam reverdecer e expurgar-se, não tinha por fim senão mudar de ares, e evitar o desenvolvimento de moléstias endêmicas e epidemias (...) (p. 41)

A imagem de nomadismo construída pela história oficial de Varnhagen teria sido basilar à conclusão de que os povos indígenas seriam incapazes de agricultura e de organizar sociedades capazes de crescimento físico e técnico autônomos. Como

conseqüência recolhemos um outro mito, a saber, a idéia de que as comunidades indígenas, à época da chegada do europeu ao Brasil, estariam em processo de autodestruição, uma vez que, repito, incapazes, desde sempre, de construir ordenações sociais regulares. Vejamos:

Se o nosso historiador, ou alguém, nos soubesse dizer em que época, e com quantas famílias começou, no Brasil, a população de seus indígenas, ou aborígenas, saberíamos então ao justo se eles iam em aumento, ou em decrescimento quando aqui chegaram os portugueses. De outro modo é fazer castelos no ar. (p.51-52)

E continua:

Nem presumamos que as guerras dos selvagens entre si, antes dessa época, eram exterminadoras, como depois o foram pela política européia do açulamento das tribos uma contra as outras, para enfraquecê-las (...) Essas guerras ante-coloniais, não movidas pela cobiça, e amor de conquistas, não passavam de exercícios guerreiros, escaramuças e torneios de bravos. (p.52)

A conclusão a que chega Magalhães sobre a impossibilidade de se estabelecer com absoluta certeza os dados sobre a origem dos indígenas do Brasil¹⁸⁰ está diretamente ligada à sua concepção de história, à produção de conhecimento humano enquanto resultado eivado de imaginação, da presença do novo, do idiossincrático, da falta constitutiva de vestígios, logo, sempre problemático. É a partir desses

¹⁸⁰ A origem, segundo Magalhães, era um fantasma que estava sendo buscado pelos cientistas, historiadores e filósofos, mas nunca encontrável, pois finito e criativo seria o conhecimento humano. Um argumento que se aproxima do caminho de Santo Tomás de Aquino, qual seja, provar racionalmente e a partir do movimento do mundo, a existência de Deus. Entretanto, a razão tem, todo momento, de voltar atrás e o que permanece é o axioma revelado – “Eu sou o que sou” (êxodo 3, 13). Vejamos as palavras de Magalhães – “Como de mais é um fato que o gênero humano ignora cientificamente a sua origem, o seu berço e o seu primeiro estado, devemos crer que esse mistério sobre o seu passado, bem como o que envolve o seu futuro, entrou nos planos da Providência”. (p. 12). O reconhecimento da finitude humana como ontológica não significa desistência da vida e da produção de conhecimento e de juízo, pelo contrário. É esse chafurdar nos domínios da experiência, da razão e da moral, que dá dignidade ao homem, assim como maior certeza de sua condição ontológica distinta frente ao Senhor. Um movimento que cobra ao ente conhecimento e pesquisa científica capaz de contrariar, por exemplo, o evolucionismo darwinista e de sempre buscar a verdade mais clara possível – “e assim, recuando sempre, através de milhões de séculos, até a proveniência de uma substância amorfa primitiva, produto do acaso, não faltariam exemplares paleontológicos que documentassem essa sucessão interrompida de evoluções insensíveis; do mesmo modo que a luta pela existência no mar e na terra, e a suposta seleção natural não fizeram desaparecer a geração das moneras, e de milhares de espécies inferiores, que, apesar da ação do tempo, ainda vivem, e se reproduzem ao lado das espécies superiores, e à custa uma das outras; como para desmentir a teoria da evolução”. Id., 2001 [1880], p. 26.

argumentos que Magalhães discorda de Varnhagen e afirma ser possível chamar de indígenas os povos que aqui viviam antes da chegada do europeu. Acompanhemos:

O sr. Varnhagen (...), panegerista da civilização, mesmo a ferro e fogo, pelo cativo dos povos brasileiros, com quem não simpatiza, talvez por não conhecê-los; e a quem às vezes tudo nega, até o título de indígenas, chamando-lhes *vindições alienígenas* como para não dever-lhes caridade alguma. (p. 9)

E continua:

Tomando o vocábulo indígena no sentido absoluto que lhe dá o historiador, não sei que povo no mundo se possa hoje chamar indígena; a menos que não haja alguns descendentes de Adão que sempre no Paraíso terrestre se perpetuassem. Mas quem possui os documentos históricos da genealogia desse povo? (p. 9)

Magalhães é bem claro ao afirmar o que pensa estar por trás da conclusão de tal memória coletiva. “Como para não dever-lhes caridade alguma”, melhor dizendo, não permitir reabilitação memorial e, principalmente, reordenação na ocupação de espaços no presente, toda uma escrita da história foi institucionalizada. Magalhães, ao contrário, busca restituir o que é de direito aos índios.¹⁸¹ Enfim, admitia aos indígenas a condição de parte da população, pois – “*O fim deste trabalho é reabilitar o elemento indígena que faz parte da população do Brasil*”.¹⁸² (p.6)

¹⁸¹ Aliás, segundo Magalhães, a memória oficial teria construído a idéia de que poucos eram os índios que habitavam o Novo Mundo, buscando camuflar o assassinio cometido. Magalhães, mais uma vez, põe em xeque a eficácia das regras estatísticas e matemáticas utilizadas pelos historiadores “comprometidos”, senão vejamos: “Recorremos estas tão modestas, como incompletas informações (estatísticas), porque de propósito não queremos citar a autoridade de Américo Vespúcio e do Padre Vieira, que decidiriam logo a questão em nosso favor; visto que escritores modernos, sem outro fundamento mais que certas regras de estatística, a que atribuem evidência e infalibilidade matemática, duvidam da veracidade do testemunho dos que elevam a milhões os Índios que povoavam o Brasil na época do seu descobrimento (...) e neste ponto, se dermos hoje por suspeitos os escritores mais conspícuos e ilustrados, e não interessados em ocultar o número de seus escravos e de suas vítimas, não teremos outro recurso senão conjecturar, a vista dessas notícias esparsas, dadas sem malícia”. (p. 60)

¹⁸² É importante lembrarmos o segundo plano a que foi relegado o elemento indígena pela historiografia do IHGB, pois como afirma Manoel Salgado – “Diferente do que se passara na região das ex-colônias espanholas, a pesquisa arqueológica em território brasileiro, apesar de enormes esforços do próprio IHGB para tanto, não foi capaz de localizar traços de uma cultura indígena elaborada. Estava assim comprometida a linha evolutiva de um processo de civilização, impossibilitando, portanto, do ponto de vista histórico que a cultura indígena fornecesse uma cultura nacional. Ao contrário, essa cultura nacional aparece no discurso da História nitidamente divorciada da cultura indígena, constituindo-se mesmo como a sua negação, já que a ela – cultura indígena – não se aplicava o modelo de civilização que se tinha como matriz para pensar a cultura brasileira”.

Magalhães afirmava, além da falta de conhecimento de Varnhagen, “outros afetos” (p. 7), entre eles a ligação com a direção político-econômica que se construía. Nas próximas linhas, Magalhães fala dos interesses econômicos caros àqueles que dirigiam o *mundo do governo*, em especial a instituição escravidão:

Por amor dessa civilização, que por ora apenas consiste no argumento extraordinário da fortuna de poucos à custa do trabalho insano de muitos, aconselha o nosso historiador o cativo dos indígenas pelo emprego da força; ao passo que com sobeja razão altamente condena o cativo dos Africanos. Mas neste ponto, parecendo dar armas aos partidistas desse tráfico, ou talvez, por não acusar a cobiça dos proprietários de escravos, do que resulta o argumento da pátria riqueza, descobre que os Africanos foram feitos pela Providência para suportar o cativo, dizendo: ‘Esses povos pertencentes em geral à região que os geógrafos antigos chamavam de Negrícia, distinguem-se sobretudo pela facilidade com que suportam o trabalho no litoral do Brasil, facilidade proveniente da sua força física, da semelhança dos climas, e não menos do seu gênio alegre, talvez o maior dom com que a Providência os dotou para suportar a sorte que os esperava. (p. 46-47)

Vemos que Magalhães, mais uma vez, busca atingir a memória coletiva oficial em construção. Denuncia o discurso que afirmava a não propensão do índio ao cativo, selvagem irremediável, e, ao mesmo tempo, a docilidade de uma “raça” que “civilizava a América”, e que aqui se encontrava como que para perfazer uma caminhada de purgação e de ascese em direção à divina providência. Segundo Magalhães, Varnhagen condena a escravidão do negro pois este era “dócil”, “alegre” e teria nascido e sido preparado pela Providência para suportar esse destino. É como se defendesse, uma vez tendo sido da vontade perfeita de Deus a escravização dos negros africanos, uma natureza servil ontológica destes últimos. Em linhas gerais, a escravidão do negro poderia se transformar, mudar de estatuto. Enfim, término da escravidão para com aqueles que (já) eram dóceis e amigos, e que iriam permanecer servindo com dignidade aos seus senhores. E completa Magalhães, alertando para o sofrimento do negro camuflado pelas palavras ilusórias de Varnhagen:

Se a Providência lhe fez esse dom, prevendo a sorte que os esperava, porque se revela o historiador contra a ordem providencial, querendo por uma inversão caprichosa a liberdade dos Africanos, em troca da dos indígenas nossos conterrâneos, a quem de

GUIMARÃES, M. L. S., 1989, p. 29. Havia, também, por parte do Estado, o interesse em aproveitar a presença indígena nas terras fronteiriças.

certo negou Deus as qualidades precisas no escravo? Não me parece esse o melhor método de advogar a justa causa da liberdade dos infelizes. Tão pouco não sei se os Africanos, vítimas da sua cor, acham o nosso clima igual ao das adustas terras em que nasceram, e se o seu gênio é alegre: o que sei é que forçados trabalham pelo medo do castigo; que seu canto é uma lamentação contínua, tão triste como o seu aspecto, e que nada os regozija tanto como uma carta de alforria. (p. 47)

Neste caminho de desmistificação memorial, Magalhães realiza rigoroso trabalho etnológico. O objetivo agora é mostrar a existência de um sentimento religioso na cultura indígena, e, por outro lado, denunciar o obscurantismo religioso em que se apoiaram os colonizadores e os dirigentes do Estado imperial.

Não concordo pois com o Sr. Varnhagen quando diz: ‘a única crença forte e radicada que tinham esses selvagens era a obrigação de se vingarem dos estranhos que ofendiam qualquer da sua alcatéia’. E convertendo, *por direito de historiador*, esse espírito de vingança em religião dos indígenas, tira daí argumento contra a tolerância em matéria de religião. Dest’arte um hábil romancista prepara os fatos para as conclusões que deseja tirar. (p. 13) (Grifo próprio)

Torna-se claro que Magalhães critica a pretensão totalizante que o “direito de historiador” permitia a Varnhagen. E, continuando, Magalhães aponta para o despreparo teórico e metodológico deste último, afirmando que as conclusões pseudo-empíricas deveriam ser classificadas como componentes de um romance. A relação que Magalhães estabelece entre história e romance está colocada menos no sentido de prestigiar o valor científico daquela em detrimento de um teor fantasioso deste, do que com o fito de estabelecer os limites pertinentes a cada território, a necessidade de se obedecer às regras próprias a cada campo. Como vimos no primeiro capítulo, ambos os conhecimentos produzem elementos capazes de organizar e maximizar o viver, e devem ser complementares. Nenhum deles é capaz de desvelar o real. E o que Varnhagen fazia, segundo Magalhães, era atribuir ao conhecimento histórico valor inumano, e mais, mal realizava os procedimentos modernos devidos. Equivocava-se duplamente.

Era a partir de uma atitude acrítica frente aos documentos e ao desleixo pela vida vivida dos indígenas, ambos resultados de uma visão de mundo sistemática e moralizante, que Varnhagen não seria capaz de perceber dados claros, segundo Magalhães, como a densa religiosidade dos ditos selvagens.

Não pretendemos converter os nossos indígenas em grandes filósofos, mas longe estamos de supô-los, tão irracionais que digamos com o Sr. Varnhagen: ‘não passava a sua metafísica mais além do inato terror aos trovões e raios; (...) e nenhum indício se descobre entre os tupis de deísmo, se bem não faltem muitos de diabolismo’. (p.16)

E continua:

... como lhes não faltava a idéia de um Ente Supremo, criador do universo, e de uma alma que ao corpo sobrevive, a despeito do que dizem os que, para (...) *caçá-los e cativá-los*, começavam por supô-los animais sem alma.

O nosso historiador, que recorre não sei a que dicionário para declarar que tupi significa *tio*, diz com a mesma segurança ‘ao raio que temiam designam por *tupam* como o Deus dos povos brásílios, e não por si só significando raio, que de outro modo se exprime. Porém a palavra existia; era preciso dar-lhe outra significação, porque a de Deus não quadrava ao historiador, pela simples razão que ele ‘não crê concebessem (os selvagens) a idéia de um Ente superior, imortal e infinito a reger este infinito orbe’. *Dest’arte, fiel indagador da verdade, decide em virtude da sua particular opinião, e não a vista dos fatos, e documentos.* Tão grande e nobre idéia quer ele que a devamos à civilização. Nós porém a reivindicamos em favor da espontaneidade do espírito humano; não por oposição aos princípios de historiador, mas por ser esta a nossa convicção, conforme já o declaramos em outros escritos (...) (p. 17) (Grifo próprio)

Magalhães aclara, de pronto, qual era o objetivo daqueles que colonizaram o Brasil e daqueles outros que dirigiam (arbitrariamente) o Estado imperial no tocante à presença do indígena, a saber, “caçá-los” e “cativá-los”. Aprontavam enunciados que, segundo Magalhães, eram resultados arbitrários de historiadores que falsificavam significações. Notemos o tom irônico de que Magalhães se utiliza ao se referir a Varnhagen como historiador. Tudo isso para denunciar sua indignação em relação ao esquecimento de uma cultura tão presente e necessária à formação da justa Nação brasileira. E isso, em prol do enriquecimento de uma minoria que dirigia o Estado imperial. Vejamos o jogo temporal a que as observações de Magalhães obedecem. Por ora refere-se ao passado, noutra momento ao presente, e por fim, ao futuro, em muito ameaçado. Vejamos:

Para justificar o emprego da força em favor da *cobiça*, esse seu grande meio civilizador, *alega tão grave escritor a opinião de prelados e governadores*, sem discriminar (...) meios coercitivos que podem acompanhar a catequese, do bárbaro meio da força bruta, empregada pela *cobiça* (...) *Mas quando todos os governadores do mundo assentassem ser justa a razão das espingardas em favor da ambição e da cobiça*, nem por isso se daria por convencida essa razão divina que nos aclara, e que não cedeu à luz das fogueiras da chamada santa inquisição. (p. 48) (Grifo próprio)

Magalhães, novamente irônico, revela seu “espanto” em relação ao desprezo e mau trato sofridos pelos indígenas.

O que porém não deixa de causar espanto, é a parcialidade extemporânea com que se tenta hoje justificar crimes inúteis, que encheram de horror as almas generosas dos próprios compatriotas daqueles maus que os praticavam. (p.48-49)

Magalhães constrói um itinerário. Nele revela a história de escravidão e morticínio pela qual passou o indígena e o africano. Tudo em nome da cobiça de políticos e homens de negócio que teriam reproduzido seus interesses a partir da força e da irracionalidade.

Termina destacando a dívida que tínhamos com os indígenas:

Se o Brasil é hoje uma nação independente; se uma só língua se fala em seu vasto território, em grande parte o devemos ao valor dos nossos indígenas, que aos portugueses se ligaram. (p.49)

Começa denunciando o que o presente guardava de mais obscuro:

Não estamos nós vendo como se escreve a história contemporânea? Como se alteram os fatos passados debaixo dos nossos olhos? se pois os partidos políticos de uma mesma nação civilizada, capitaneados por homens superiores, com baldões e calúnias se não poupam, que cega confiança nos há de inspirar essas pinturas de um povo estranho, feita pelos seus opressores. (p.4-5)

Denuncia Magalhães os rumos tomados por uma colonização que ainda se dava, se referia a algo parecido com a re-cunhagem da moeda colonial já analisada. Melhor dizendo, Magalhães estava atento para a configuração de um Estado e de um projeto nacional em andamento, de uma relação entre opressores e oprimidos que não mais obedecendo à dinâmica do A.S.C, conjecturava planos materiais e representacionais capazes de maximizar os lucros de uma minoria. Ambições descabidas que “sempre”, “em todos os tempos”, habitaram as terras brasileiras, e que, não obstante, acabou por forjar aquilo que era, em seu entender, uma “nação mal definida”. (p. 31)

Devemos ter cuidado, contudo, com a construção memorial empreendida por Gonçalves de Magalhães. Em duelo com a direção política que governaria, com ambição, o Império do Brasil, herdeiros do *ethos* despótico e irracional advindos da cultura colonial portuguesa, Magalhães também lança mão do estatuto historiográfico para construir imagens “apaixonadas”.

Num primeiro momento, Magalhães, calcado na carta de Caminha, entre outras fontes primárias, defende a hospitalidade e generosidade, intrínsecas ao indígena.

A hospitalidade e generosidade sem limites até para o inimigo, que podia entrar, comer e dormir em qualquer taba sem o menor receio de ser agredido, até que se declarasse ao que vinha; tão patriarcal costume, se não era um preceito da sua religião, a que jamais faltaram; se não era a manifestação espontânea da bondade de seus corações; era pelo menos o resultado de um conhecimento refletido, do quanto deve o homem ser magnânimo (...) com o seu semelhante, e não repelir, ofender e trair a quem, mesmo inimigo cheio de confiança o procura. Nisto se resume a doutrina do cristianismo; caridade com o próximo. Assim (sic) todos os cristãos imitassem neste ponto a esses a quem chamam selvagens. (p. 27)

Segue Magalhães em aparente insucesso em relação à sua negativa em heroizar o índio. Comparando a cultura do índio à ocidental, apresenta como resultado a superioridade ontológica daquela. Vejamos:

Toda a diferença desses homens da natureza a nós filhos da civilização, é a do menos ao mais para alguns. Não havendo entre eles diferenças e graduações de classes e de fortunas, passava a ciência oral a todos, segundo as suas naturais aptidões. Todos tinham igual parte no trabalho e no descanso. Entre nós, pela desigualdade das classes, e das posses, estão as ciências, as artes, as indústrias, o mando, e a ociosidade repartidas pelos mais afortunados; e a massa bruta, sem saber ler, condenada pela ordem social ao trabalho e à miséria que a materializa, acha-se em pior condição que o selvagem tanto pelo espírito como pelo corpo, e por mais ignorante que este seja nunca é tão estúpido e brutal como a maior parte dos camponeses da Europa. (p. 46)

Mais claro ainda:

Pacíficos e hospitaleiros *a princípio*, provocados se enfureceram, e retribuíram o mal com o mal. Assim fazem todos os homens. Seus erros, seus crimes, suas crueldades não nos espantam, se bem que lamentemos: porque a história das nações civilizadas da Europa habituou-se a maiores horrores, a maiores atrocidades, de que pasmaríamos os nossos selvagens, não atormentados pela sede da cobiça e do mando, que perverte o coração do homem. E entre os que matam para escravizar, dominar e enriquecer-se e os que matam e morrem pugnando pela própria vida e liberdade, pende a justiça em favor

dos segundos, que mais despertam o sentimento do belo moral, nunca de sobra no afan (sic) vulgar da vida. (p. 62-63) (Grifo próprio)

Mas essa boa fé e benevolência com estrangeiros desconhecidos são para o homem civilizado atitude de ignorância. A vista de tanta boa fé não pôde Caminha deixar de dizer: 'são mais nossos amigos, que nós seus'.¹⁸³ (p.29)

A partir de tais comparações, não deixa de vir à tona o projeto civilizador de Magalhães. Um plano que ao mesmo tempo em que advogava pela atenção aos outros, procurava eximir-se de considerações elogiosas acerca da cultura negra, se bem que nunca deixasse de denunciar a escravidão como instituição inumana. Denunciava os elementos decaídos, não poucos, que permeavam a civilização europeia, contudo, na hora de comparar a fina flor da sociedade ocidental aos indígenas, não hesitava em exclamar a superioridade daqueles.

Em conclusão destas observações diremos que, se compararmos estes selvagens com os homens eminentes dos povos cultos, e os da classe média, a vantagem é toda destes; mas se o compararmos a essa imensa população ignara e embrutecida da Europa, em que o hábito da miséria, da obediência, da servidão, e do rude trabalho da terra sem descanso, e sem lucro suficiente para matar-lhe a fome, extingue pouco a pouco todos os nobres sentimentos, e a idéia mesmo de que são homens; a vantagem é toda do selvagem, que na independência do seu caráter, na força da sua vontade, na altivez do seu espírito, e no garbo do seu porte, conserva todos os belos atributos da espécie humana. (p. 64-65)

Magalhães, por fim, deixa-nos perceber que, em alguma instância, pretendia a domesticação da natureza indígena. Acompanhemos seu elogio à ação de Caxias enquanto representante da civilização ocidental nas terras distantes do Maranhão, assim como o aprendizado, por parte dos indígenas, espíritos preparados para o aperfeiçoamento necessário:

O Presidente, que então era o Marquês de Caxias, desejava aldeá-los no Pindaré, mandou-os logo vestir com mais asseio, e deu ao chefe um velho uniforme militar; e assim ornado com elegância, o colocou à sua mesa. Fazia gosto vê-lo com que dignidade natural, sem o menor constrangimento, comia de garfo e faca, e com firmeza nos observava para imitar-nos. Notando que todos os convivas, antes de beber o primeiro cálice de vinho, faziam uma saúde ao General Presidente, tomou ele o seu

¹⁸³ E continua: "Se depois se tornaram esquivos, desconfiados e cruéis; se pagaram traições com traições, agradecemos às duras lições dos seus mestres europeus, que ao som das espingardas, em nome da civilização, lhes deram logo a escolha o cativo ou a morte". (p.30)

copo pelo pé, levou-o à altura do peito, murmurou um som, e inclinando a cabeça para o Presidente, bebeu o seu vinho, e logo após enxugou os lábios com o guardanapo. Não cessavam de admirar a inteligência e perspicácia desse selvagem tão senhor de si, que por nenhum ato parecia estranho à sociedade em que pela primeira vez se achava. (p. 65)

Vemos que a primeira iniciativa de Caxias era providenciar maior asseio, elemento esse que o próprio Magalhães teria dito, linhas atrás, não faltar à civilização indígena. Enfim, de um lado o indígena com sua pré-disposição ao aperfeiçoamento, do outro o representante correto da civilização. Cristão capaz de ensinar e digno de ser “imitado” de um lado, d’outro, o índio, “senhor de si”, capaz de se adequar ao Belo. Nesse momento, a taça deveria ser pega “pelo pé”, o garfo e a faca se punham entre a mão e o alimento, e a bebida daquela reunião “estranha”, “sociedade na qual pela primeira vez se achava”, não parecia ser o vinho a que se referiu Magalhães, fabricado por estas plagas a partir da técnica do próprio índio.¹⁸⁴

Como vemos, Magalhães também escreve com paixão sobre a história do Brasil. Porém, seja como for, continuemos a analisar a denúncia significativa estabelecida por Magalhães acerca do alto grau de arbitrariedade e de centralismo promovidos pelo Estado Conservador. Agora, noutra momento e em função da relação senhor-escravo produzida pela escravidão negra.

¹⁸⁴ “Não menos que os europeus eram os nossos indígenas apreciadores de bebidas espirituosas; porém mais hábeis do que eles, sabiam-nas fabricar de várias espécies de frutas, raízes e grãos, em falta de vinhas. Pelo que diz o cronista Vasconcelos: ‘parece certo que algum deus Baco passou por estas partes a ensinar-lhes tantas espécies de vinhos, que alguns contam trinta e duas. Entre estas citaremos apenas o do ananás (sic) e o do caju, que rivalizam com os melhores do Reno em cor e sabor. É pena que nesta indústria não imitemos aos indígenas, e que paguemos um tributo ao estrangeiro por esses seus vinhos falsificados, que não valem os que poderíamos fabricar saborosos e estomáticos de tantas espécies de frutas que possuímos”. (p. 43).

3.3. A escravidão enquanto base da Nação decaída

Buscando as “verdadeiras causas” historicamente verificáveis que permitiriam inteligibilidade acerca da Balaiada, Magalhães escreveu o seguinte:

Se porém, aos olhos do filósofo,¹⁸⁵ tais acontecimentos, conseqüências legítimas de princípios conhecidos, facilmente se explicam, o mesmo não sucede ao vulgo, a quem se apresentam os fatos desligados de suas verdadeiras causas, supondo assim outras, e muitas vezes exagerando aquelas que lhe embute a perversa política dos partidos; e essa mesma falsa política do tempo gerada em cabeças ambiciosas e dominadas pelo espírito efêmero da época, tem propagado o ceticismo, e impelido o Brasil no desfiladeiro das rebeliões.¹⁸⁶

Dois são os traços que mais nos interessam no pequeno, porém rico trecho acima. Em primeiro lugar, Magalhães endossa a necessidade da investigação enquanto atitude desconfiada das conclusões e dos valores “partidários”. A partir de assertivas definidas com rigor científico, erros futuros poderiam ser, em parte, evitados. Entretanto, antes mesmo de continuarmos, é importante lembrar que a produção de conhecimento não deveria ser encarada como elemento irrepreensível, incontestável, pois na verdade, lidamos com o tempo, e este é movimento atordoante. Vejamos:

O caráter transitório do tempo e a convicção de sua instabilidade de tal modo sobre nós tem operado que, nas nossas dúvidas, em contínuas expectativas e malogradas experiências, quase perdemos a fé do futuro. (p. 14)

Interessa-nos destacar, ainda em relação àquela primeira citação, a denúncia que o autor faz de uma “falsa política” gerada pela tão mencionada “ambição”. Aliás, esse tema tomará as linhas restantes do presente capítulo.

¹⁸⁵ Filósofo aqui se trata de qualquer um que possua espírito filosófico, melhor dizendo, que seja capaz de investigar o que lhe é apresentado como realidade imediata, intransponível e unilateral.

¹⁸⁶ MAGALHÃES, D. J. G. de, *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*, 1848, p. 14. Cabe lembrar que esse texto de Magalhães foi premiado pelo IHGB. E daqui por diante faremos as devidas referências às páginas citadas da *Memória* no corpo do texto, sem repetir o título.

Gonçalves de Magalhães nos fala do *mundo do governo* como lugar de querelas particularistas, aliás, elas teriam sido tempero a mais para a eclosão da Balaiada. Não havendo o que Nabuco chamava de confronto por idéias, os políticos passavam de um a outro lugar sem coerência, apenas guiados pela ganância. Ao invés do merecimento, a proteção, no lugar de moralidade, segundo Magalhães, arbitrariedade.¹⁸⁷ Acompanhemos:

Empregam os nossos políticos todos os vergonhosos meios para dos públicos lugares arredar os seus antagonistas e rivais; de tudo se há abusado (...) alcançado o fim, que é a desmoralização do povo, renegam eles a sua obra, como o devasso pai que não quer reconhecer o torpe filho da impureza. Mas quando? depois de terem posto tudo em conflagração! Como a ambição e a ousadia são entre nós as medidas da capacidade, e o momentâneo interesse do partido a sanção do merecimento, julgam-se todos com aptidão para tudo.¹⁸⁸ (p.15)

Como vemos, Magalhães está falando dos elementos da *boa sociedade* que compunham o *mundo do governo*. Eles seriam responsáveis diretos pela condição miserável e pela imoralidade que movia as classes inferiores.¹⁸⁹ Aqueles que

¹⁸⁷ Em relação à utilização dos espaços públicos pelo arbítrio dos mais abastados, podemos acompanhar importante documento literário: “O abaixo assinado vem dar os parabéns a Vossa Senhoria por ter entrado com saúde no novo ano financeiro. Eu, ilustríssimo Senhor Juiz de Paz, sou senhor de um sítio que está na beira de um rio, aonde dá muito boas bananas e laranjas, e, como vem de encaixe, peço a Vossa Senhoria o favor de aceitar um cestinho das mesmas (...) mas, como ia dizendo, o dito sítio foi comprado com o dinheiro que minha mulher ganhou nas costuras... E vai senão quando, um meu vizinho, homem da raça de Judas, diz que metade do sítio é dele. E então que lhe parece, Sr. Juiz, não é um desaforo? Mas, como ia dizendo, peço a Vossa Senhoria para vir assistir à marcação do sítio. (...) Não posso deferir por estar muito atravancado com um roçado; portanto requeira ao Suplente que é o meu compadre Pantaleão(...)” E após uma réplica do requerente, que exigia, apenas, seus direitos constitucionais, responde o juiz de paz – “A Constituição! Está bem! Eu, o Juiz de Paz, hei por bem interrogar a Constituição! Sr. Escrivão, tome por termo que a Constituição está derogada, e mande-me prender este homem”. PENA, L. C. M., 1941, p. 39-40. E ainda no romance de Manuel Antonio de Almeida, no qual Leonardo é agraciado com o posto de sargento da tropa de linha devido à influência de D. Maria, e, especialmente de Maria-Regalada, grande amor da vida daquele que realizou o requerido, Major Vidigal. O rapaz, reconhecido como um sujeito problemático e não disposto a se enquadrar às (“confusas”) regras públicas, do dia para a noite resolve casar com Luisinha, sobrinha de D. Maria. Para que o desejo de ambos pudesse ser realizado, o Major foi novamente acionado. De acordo com as normas, sargentos da tropa de linha não podiam se casar. Resultado, Leonardo passou do “antigo” posto à condição de soldado miliciano num piscar de olhos. E tudo, novamente, graças às artimanhas de Maria-Regalada. ALMEIDA, M. A. de, 2004, parte 25. “Conclusão Feliz”.

¹⁸⁸ Lembremos da acusação que Magalhães faz a Varnhagen, afirmando que ele seria responsável pela construção de uma memória coletiva que valorizaria, em detrimento da justa medida, a ambição.

¹⁸⁹ “Qualquer que seja o pensamento da época, nobre ou vil, nunca das classes inferiores se eleva às culminantes; nestas se ele germina, e daí, como o contágio, se vai estendendo até a choupana, donde reage”. (p.14)

comandavam o Estado imperial, políticos e o corpo burocrático, estavam distantes da expansão civilizacional pretendida por Magalhães, apresentavam-se afastados da pretensão de erigir uma moralidade social capaz de *atenção, diálogo, altruísmo, liberdade e ordem*. Como afirmava:

Nenhum partido representa entre nós idéias fixas, as quais também não representam as necessidades do país; cada qual afaga aqueles que melhor se prestam no momento para derrubar o estabelecido. Mas o estabelecido não é obra do tempo, triunfar do partido oposto é a única mira dos pleiteantes. Prolongam-se as lutas, e leis se fabricam segundo os caprichos dos vencedores. (p.15)

As verdadeiras “necessidades do país”, afirma Magalhães. Pois era preciso sair dos castelos, do isolamento, da construção de assertivas lógico-formais, digamos assim, como dizia ser o caso de Varnhagen e da filosofia ensinada a partir dos manuais sensualistas franceses. Se os poderes locais estavam distanciados das luzes e da reta moralidade, trancafiados em suas casas-grandes, os poderes centrais eram vitimados pela tal falta de diálogo, não aproximação entre as distantes vozes capazes de melhor representar os particulares que compunham a Nação brasileira em construção. De um lado, a classe senhorial isolada em suas liberdades negativas, de outro o *mundo do governo*, olhar desatento e arbitrário. Essa ausência de participação na *polis*, a não requerida liberdade positiva por parte da grande maioria dos integrantes da *boa sociedade*, acabava por desaguar em *centralismo* político-administrativo. Vejamos o tipo de relação que se estabeleceu entre parte do senhorio e o poder central desde a abdicação de d. Pedro I:

A casa sólida e vasta, ficava à entrada de uma chácara, nos arrabaldes do Rio de Janeiro. Na parte da frente, destacavam-se uma grande varanda e dois portões enormes, um reservado às pessoas da família e às visitas, e outro destinado às seges, às cargas que iam e vinham, ao gado que saía para pastar. Tinha ainda uma capela, para o uso de família e dos moradores da vizinhança.

No seu interior, numa das amplas salas, um homem de semblante preocupado caminhava de um lado para o outro, na manhã do dia 7 de abril de 1831. Já perdera a conta do número de vezes que lera o bilhete que um moleque lhe trouxera, remetido da cidade por um amigo, graduado funcionário do governo: ‘O Imperador abdicou. Retira-se logo para a Europa, com a Família Imperial. A revolução está nas ruas’ (...)

Ali, sozinho na biblioteca, o chefe da casa não estava completamente só. As suas idéias a respeito do mundo em que vivia eram compartilhadas por outras pessoas, também chefes e proprietários de escravos e terras (...)

O chefe da casa caminhou até a grande varanda e dali observou os dois enormes portões. Sempre fora assim – um destinado à família e às visitas; outro utilizado pelos animais, carros, escravos e vizinhos pobres que vinham ouvir missa. Sempre deveria ser assim.

Pensou em ir até a cidade. Avistaria os amigos; comentaria com eles a respeito das reflexões que havia feito sobre os deveres e as obrigações do novo governo; falaria sobre os direitos da ‘boa sociedade’; poderiam exaltar todos juntos o valor da liberdade.

Releu o bilhete uma última vez, fixando sua atenção na frase final: ‘...a revolução está nas ruas!’. E decidiu ficar em casa. Era mais aconselhável repousar do que caminhar um pouco.¹⁹⁰

Não estou afirmando que a *Casa* não se fazia representar no *mundo do governo*. O que pretendo ressaltar, e isso a partir das reflexões de Gonçalves de Magalhães, é que a relação dialogal necessária ao ótimo funcionamento do poder central nos municípios, na vida das almas mais distantes, à sua presença em lugares longínquos, não se dava. O resultado era despotismo e desordem. Isolados em suas bibliotecas, elementos da classe senhorial recebiam bilhetes de seus amigos do *mundo do governo*. Estavam mais preocupados com a liberdade dentro de suas propriedades, mais próximos de seus fantasmas mais idiossincráticos, ou da França talvez, do que do lugar público que se construía em meio aos levantes da/na *rua*. Como já observamos, afirma Magalhães que – “Estrangeiras são as nossas instituições, mal e intempestivamente enxertadas, avessas aos nossos costumes e naturais tendências, e em desacordo com a vastidão de um terreno sem tamanho, e diferenças irreconciliáveis de classe”. O resultado pode ser entrevisto pela percepção posterior de Conservadores como Justiniano José da Rocha e do Visconde do Uruguai de que a reação foi exagerada, ineficaz. Certa arbitrariedade dos dirigentes que nem sempre interessava aos mesmos-outros que compunham o *mundo do governo*, **próximos e distantes**.

Gonçalves de Magalhães alertava para a necessidade de um olhar mais atento em relação às tradições e às questões geográficas que construía as diferentes regiões. Tempos e espaços distintos que precisavam de cuidado, de certo grau de aceitação. **Atenção, aceitação e ordem**, uma transvaloração pretendida por dentro do

¹⁹⁰ MATTOS, I. R. de, GONÇALVES, M. de A., 1991, p. 11 et. seq.

próprio aparato estatal Conservador. Senão vejamos os resultados colhidos e produzidos pelo autor:

Antes de historiar é mister conhecer os homens, classes, usos e costumes do país que nos atrai a atenção, porque tais coisas são de grande importância para o peso dos fatos e inteligências de muitos, que sem este prévio conhecimento pareceriam, à primeira vista d'olhos, inexplicáveis (...) (p. 16)

E continua Magalhães recolhendo e produzindo:

Computa-se a população desta província em duzentas e dezessete mil almas, entre brancos, mesclados e negros, espalhados em uma superfície de mais de oitocentas léguas quadradas. Seu terreno, posto que fértil, como o de todo o Império, é pouco cultivado; copiosas chuvas o regam desde dezembro até junho, e neste tempo pluvial, a que só por isso chamam inverno, ligam-se as semanas sem a intermitência de um dia seco; alagam-se os campos, crescem os rios, que são muitos, e as entradas inundadas tornam-se de difícil trânsito(...) (p.16)

Não se tratava de incapacidade constitutiva de tempos e espaços irremediavelmente habitados pela desordem, pelo contrário, “terreno, posto que fértil, como o de todo o Império”. Tratava-se sim de atenção, de diálogo e da civilização inclusive dos da *boa sociedade*, homens que possuíam em seus olhos ambição e desmedida, incapazes de educar a partir da reta razão e da justa moralidade. Lembra que pontes precisavam ser construídas, não apenas aquelas que ligavam um pedaço de chão a outro, mas também aquelas outras que, ainda mais, faziam comunicar os corações e as almas. Não nos esqueçamos que, antes de tudo, a questão de Magalhães é a construção de uma moralidade social baseada no diálogo, melhor dizendo, normatividade auferida através da atuação positiva de espíritos críticos e altruístas na praça pública.

E aqui chegamos à conclusão essencial de Magalhães em relação à formação do Estado-Nação brasileiro, qual seja, a instituição escravidão tinha construído homens despreparados para o exercício da liberdade e do diálogo, escravizavam-se uns aos outros, senhores e escravos participavam do que Nietzsche chamou de *moral escrava*. Começa Magalhães por denunciar os maus tratos que os escravos recebiam, questionando a produtividade e as vantagens do sistema escravista.

É o principal gênero de lavoura o algodão e o arroz, e para isso empregaram numerosos braços de africanos escravos, os quais são tratados com tão bárbaro rigor, que até o necessário sustento lhes negam: uma espiga de milho é o seu almoço, arroz e farinha jantar, do mais lhe fornecem a rapina e a caça; andam nus ou cingidos com uma pequena tanga, salva as poucas exceções; e por isso procuram os escravos subtrair-se ao jugo do senhorio. (p.16)

E continua, apresentando uma carta do Sr. Joaquim José de Siqueira, negociante da praça do Maranhão, impressa em Londres em 1830:

Mesmo assim, atualmente com esses oitenta ou noventa mil escravos, produz o Maranhão, cinqüenta a sessenta mil sacas de algodão a novecentos contos de réis. Desta produção uma terça parte se vai em dízimos e direitos de exportação, ficando líquido para os lavradores quinhentos e cinqüenta a seiscentos contos. A exportação do arroz será talvez hoje do valor de cento e sessenta contos pouco mais ou menos; e eis aqui toda a cultura de exportação destes oitenta a noventa mil escravos, cujo o resultado feito não dá ao lavrador por cabeça nove mil réis por ano! (p. 16)

Torres Homem, importante político do Império, compartilhava das conclusões econômicas anti-escravistas do amigo Magalhães:

Capitais imensos empregados em negros são todos os anos sepultados debaixo da terra, ou anulados pela velhice; e entretanto a facilidade de achar à mão estas máquinas já feitas impede que olhemos para tantos melhoramentos, introduzidos pela atividade do gênio europeu nos processos da indústria, e que procuremos para o Brasil uma população melhor, convidando de outras nações colonos, que por conta de particulares venham cultivar o nosso solo.

A existência dos escravos, e, o que é mais fatal à civilização, a sua continuada importação desses sertões d'África, perpetua a ignorância e a ignávia em uma classe numerosa de nossos lavradores, e torna impossível desbastar os erros que na agricultura tem introduzido a rotina cega dos tempos passados.¹⁹¹

Como vemos, Torres Homem tem o objetivo expresso de denunciar uma prática econômica e moral perniciosa para a constituição e aperfeiçoamento do Estado e da Nação brasileiros. Revela, em outras linhas, a forte pressão inglesa contra a escravidão no Império do Brasil e chega a afirmar, assim como Magalhães, que aqueles que compunham o *mundo do governo* estavam de costas para a “realidade” que se apresentava cada vez mais desconcertante - segundo Torres Homem: “*Nenhuma providência porem se tomou; nem um só instante este objeto, que*

¹⁹¹ TORRES HOMEM, F. de S., 1941, p. 36-37.

preocupa tão vivamente a todos quantos olham em torno de si, e daí estendem as vistas para o futuro, fixou a atenção dos representantes da nação!”¹⁹² Ocorre que os “ilimitados” meios de se burlar as leis que iam sendo implantadas para coibir o tráfico negreiro, entre elas a não respeitada lei de 1830, apenas confirmavam a pouca importância dada pelos daquele *mundo* a tão “importante objeto”; não “olhavam em torno de si”.¹⁹³ Os problemas proporcionados pela instituição escravista seriam de tal ordem que praticamente incontornáveis se tornariam dentro de pouco, afirma o mesmo autor – “... e então o agricultor brasileiro que, (...) fechou os olhos ao porvir achar-se-á lançado repentinamente na posição mais aflitiva, reduzido a mudar em um só dia, por assim dizer, um método de trabalho que existe há três séculos; e sujeito portanto inevitavelmente a tão súbita revolução operada na indústria nacional”.¹⁹⁴

Enfim, a economia sofria pela ausência do “gênio europeu”, leia-se máquinas e mão-de-obra importadas. O escravo africano não tinha nenhum interesse no “aperfeiçoamento” da agricultura, vítima de uma vida “embrutecida pelo seu próprio estado e pela vida selvática que passou na terra natal”, senão vejamos:

O escravo não tem interesse algum no aperfeiçoamento; o mesmo estímulo do lucro não o punge para melhorar o método por que desempenha a sua aborrecida tarefa: máquina caduca, embrutecida pelo seu próprio estado e pela vida selvática que passou na terra natal, ele não pode ser senão um imperfeitíssimo instrumento para o adiantamento da nossa lavoura, e é de todo inútil para as artes e custeio de qualquer manufatura.¹⁹⁵

Não bastassem, contudo, os problemas econômicos, a imoralidade que se constituía a partir da relação senhor-escravo era objeto de grande temor. Torres Homem também fala de uma “rotina cega dos tempos passados”, melhor dizendo, de uma continuidade entre o passado colonial e o Império do Brasil; denuncia o que

¹⁹² Ibid p. 36.

¹⁹³ Aqui devemos lembrar que os Saquaremas, por vezes, não puniram os compradores (*próximos*) em relação à transgressão da Lei de 4 de setembro de 1850 que proibia o tráfico intercontinental de escravos, visavam a punir, em especial, os introdutores. E continuando, além de escravocratas, os Conservadores em questão eram a favor do tráfico interno de escravos, movimento que pôs nas mãos da elite cafeeira do sul, especialmente da província do Rio de Janeiro, o controle direto do suprimento de mão-de-obra. Ver Ilmar R. de Mattos, especialmente o capítulo 3, parte II.

¹⁹⁴ TORRES HOMEM, F. de S., loc. cit.

¹⁹⁵ Ibid., p. 37.

seria a produção de “perpétua ignorância e (...) ignávia”. Um mundo de arbitrariedades e irracionalismo que atingia o lavrador, o escravo, enfim, todos os representantes da *boa sociedade*, justamente no local onde acreditariam estar protegidos - a *Casa*.

Se por este lado (o econômico) a continuação forçosa do tráfico é uma praga que se lançou sobre a nossa terra abençoada, e que há retardado a verdadeira prosperidade, aviltando e entorpecendo aí a indústria, sem a qual não há progresso nem ventura social, que diremos dos seus efeitos pelo que toca ao moral! Quem não vê que certos hábitos, contraídos por muitos de nossos compatriotas, são oriundos da escravidão! Desde a infância temos quem nos sirva em todos os menores movimentos da vida; desdenhamos o trabalho como só próprio da condição servil, e assim ganhamos defeitos que nos são funestíssimos na carreira da existência.

A escravidão leva a corrupção e o vício até o centro das famílias, quer seja por exemplos reiterados da mais grosseira imoralidade, quer pela depravação que infiltra na alma de tantos meninos confiados aos desvelos de estúpidos escravos, só pedagogos da infâmia e preceptores do crime. Que exemplos recebem eles dos seus primeiros aios, dos companheiros de seus brincos, dos condutores de sua infância! E será livre, moral na carreira pública, o homem que desde o berço se acostumou a ser déspota e tirano no sacrário da existência doméstica? Que facilidade aberta para toda a espécie de desordens morais! E, todavia, continua-se na apatia a respeito de um objeto que, mais que qualquer outro, devia interessar-nos, como é o da colonização európeia!¹⁹⁶

Como podemos ver, Torres Homem vai ao encontro de Magalhães e denuncia a infiltração de elementos culturais inconvenientes, assim como os resultados mais subterrâneos resultantes da relação senhor-escravo, a saber, a falta de liberdade do proprietário, o despreparo para a reflexão dialogal, propiciadora de atuações racionais e altruístas e, por fim, o afastamento em relação ao universo do trabalho. O senhor, servido desde criança “em todos os menores movimentos da vida”, tornara-se dependente físico e mental de uma **presença**, a do escravo. O resultado para o Estado-Nação? Um constituir-se a partir da continuidade em relação ao mundo colonial português, próximo à ambição e ao despreparo, ao despotismo – “E será livre, moral na carreira pública, o homem que desde o berço se acostumou a ser déspota e tirano do sacrário da existência doméstica?”. Voltemos a Magalhães.

Nosso autor mais uma vez ressaltava o prejuízo econômico promovido pelas almas escravas, danadas e infelizes. Tudo isso redundava num relacionar-se com a natureza que não admitia as noções de preservação e de aumento da produtividade.

¹⁹⁶ TORRES HOMEM, F. de S., 1941, p. 37-38.

Tudo o que é colher sem martirizar a terra com meios de indústria adotam os Srs. fazendeiros, pouco cuidadosos de melhorar a lavoura (...) (p.16)

Porém, não apenas prejuízos econômicos, também morais. Gonçalves de Magalhães afirmava que a Balaiada era um produto direto do mesmo *ethos* colonial que habitava as mentes daqueles da *boa sociedade* e daí era disseminado pelos outros *mundos*. Senhores, escravos e os demais homens livres compartilhavam, segundo o autor, de um espírito de imoralidade que não teria desenvolvido capacidade abstrativa ótima para afastar o homem de seus extintos animais, individualistas. Longe estavam da liberdade (não absoluta) em relação aos desejos do corpo e do altruísmo, atributos fundamentais à construção da moralidade social pretendida. Homem e natureza estavam tão próximos que o resultado era a produção de um mundo da cultura animalesco.¹⁹⁷

... a província está coalhada de fazendas de criação de gado a vacum, em cujo trato e para a salga das carnes e couros se ocupam cardumes de homens ociosos, sem domicílio certo, pela maior parte de uma raça cruzada de índios, brancos e negros, a que chamam cafuzos, os quais são muito amantes desta vida meio errante, pouco dados a outros misteres e muito à rapina e à caça, distinguindo-se apenas dos selvagens pelo uso da nossa língua. *São estes homens de cruel índole pelo hábito de pastorar e matar o gado*, consumindo o resto da vida em ócio ou em rixas. Desta gente bruta há grandes *manadas* nesta província, e assim nas do Piauí e Ceará, análogas a estas pelos usos e costumes. (p. 16) (Grifo próprio)

¹⁹⁷ Vejamos, agora, a ação de um “vaqueiro” que bem representa a relação homem-natureza a que Magalhães se refere. Virgínio era um conhecido chefe do cangaço à época de Lampião. Ao chegar num povoado, ele encontra, entre outros, um jovem que diz não saber onde ficava um determinado lugar pretendido pelo bando. A resposta de Virgílio foi imediata e irrefreável, senão vejamos – “Eu agora vou fazer um ‘serviço’ em você mode você não deixar descendência de fãmia em riba do chão. Desça as calças!’ O rapaz cobre o rosto e cai, compreendendo finalmente no que se metera. Sai o grito: ‘Valha-me Nossa Senhora!’ E a resposta incrível: ‘Ah não tem o que fazer. É Nossa Senhora mesmo que está mandando’. O punhal logo corre rápido pela virilha da vítima e estoura o cinturão com movimento de alavanca. Calças arriadas, Virgínio ordena: ‘Segure [os testículos] senão eu toro com tudo [o pênis]’. Embainha o punhal de quatro palmos e dois dedos (...) e bate mão de uma ‘peixeira’ (...). Um golpe só e o bandido tem nas mãos bolsa e testículos do jovem. Caminha, ainda lentamente, reingressa no arruado e chega à porta de Dona Ester, com as mãos em concha ensangüentadas, e diz, educadamente: ‘Dona, eu tinha visto que a senhora tava com feijão no fogo. Quer os colhões de um porco?’ e despeja tudo na panela de barro, sem esperar resposta. O feijão espuma. A mulher agradece. Virgínio sai e vai juntar-se aos companheiros. Risadagem. De cima do cavalo, dirige-se ao jovem caído, a perder muito sangue, e receita exatamente a assepsia eficaz da vaqueirice: ‘Bote sal, cinza e pimenta!’”. MELLO, F. P. de, 2004, p. 58. Cf. FRANCO, M. S. de C., 1976.

E continua:

Muitos dos Srs. fazendeiros *à imitação dos antigos barões*, vivem sem respeito algum às autoridades, vingando-se *por suas mãos* de particulares insultos, e acoitam em suas terras os facinorosos que buscam o seu abrigo, e que em tudo se prestam às suas vendas. De tal gente se escoltam e se fazem temíveis, e tão fácil lhes é ordenar um assassinato, como a negar uma dívida, ou ao menos não pagar aos credores, os quais por sua vez, se podem, não duvidam empregar os mesmos meios para haver os seus bens. *Esta é a gente que incitada nos fez a guerra, é ela a que compôs o exército da rebeldia.* (p.16) (Grifo próprio)

Magalhães está apontando para uma relação complementar de imoralidade produzida a partir do *mundo do trabalho*. “Homens ociosos” deslocados do sistema escravista, não aproveitados, acabam por se religar aos seus antigos senhores dentro da mesma economia despótica secular, “à imitação dos antigos barões”. Não são escravos, porém estão amalgamados aos da *boa sociedade* vendendo o trabalho especializado do qual se ocupam, a saber, o assassinio. A independência não teria sido suficiente para produzir algumas das rupturas mais significativas com os tempos coloniais.

Formam “manadas” escravizadas por seus usos e costumes, presos à condição de selvagem por não estabelecerem, em relação à natureza, diferenciação contundente. “Pastoram e matam o gado” com a mesma “cruel índole” com que vão perfurar os buchos dos prisioneiros capturados.

Não obstante, não estão sozinhos aqueles elementos perturbadores que promovem desordem. Magalhães rompe as fronteiras entre a *Casa* e a *Rua*, entre a *boa sociedade* e os homens livres pobres e os escravos, denunciando mais do que a complementariedade e a divisão de trabalho, analisados por Carvalho Franco. Senhor e “selvagem” estavam unidos em sua condição cultural e espiritual degradada, decaída. Ambos compunham um quadro de irracionalismo e de arbitrariedade, de obscurantismo e de diletantismo, no qual o senhor e o “selvagem” eram incapazes de afastar-se, segundo Magalhães, do puro desejo que é a natureza do corpo. “Vingam-se”, se prestam a “vendas”, “não pagam aos seus credores”, e, por tudo isso, não se vexam em “ordenar um assassinato”. Administradores do Estado que, em detrimento da justa centralização, utilizavam-se do poder simbólico e material que tinham exclusivamente em favor de seus desejos, ambição excessiva.

Homem e natureza não se diferenciavam segundo o autor. “Manadas” que se põem a caçar à “rapina”, “pastoram”, animais que são e, por fim, como vimos em nota de roda pé, enunciam profilaxia, a mesma com a qual cuidam do gado, “castram” e, ao fim, saem com as mãos “ensangüentadas”, sem a preocupação de lavá-las, pois sabem que, naquele lugar, afirmou Magalhães, rapidamente se poriam a outros movimentos sempre similares. Escravos, homens livres pobres e a classe senhorial em formação iam de lá para cá num movimento selvagem que produzia, todo momento, impasses e levantes – “São estes homens de cruel índole pelo hábito de pasturar e matar o gado, consumindo o resto da vida em ócio ou em rixas”.

Gonçalves de Magalhães apontava para a imperícia com que o homem se lançava à natureza em busca de lucros cada vez mais significativos. Denunciava a animalidade daqueles que eram puro desejo, pura natureza. A reflexão problemática e a produção de conceitos em relação ao mundo autônomo da natureza eram tidas como lugar de partida do projeto moral-social de Magalhães. Vejamos o quanto ele se aproxima das reflexões de Hegel, filósofo a ele apresentado pelos textos de Victor Cousin. Segundo Rodrigo A. de Paiva Duarte:

Adiante destaca Hegel que também o animal tem impulsos, desejos e tendências. Seu instinto forma um círculo fechado, que no humano é interrompido. Essa atividade do humano torna-se para ele quase definitiva: (...)

E cita Hegel:

‘O espírito só atinge sua realidade à medida que se bifurca em si mesmo, dá-se a si mesmo esse limite e finitude nos carecimentos naturais e nas conexões dessa necessidade exterior e, pelo fato mesmo de que ele as interioriza as ultrapassa e adquire sua *existência objetiva*’. (Grifo próprio)

E Rodrigo Duarte comenta mais uma vez:

Disso resulta uma relação mútua, na qual o humano, por um lado, depende de uma natureza preexistente, já que ele necessita de coisas naturais enquanto alimento, matéria-prima para vestuário etc.; por outro lado, ele deve ir além, dessa natureza, a fim de se firmar como o ser peculiar que ele é.

E terminando, volta a Hegel:

‘A matéria exerce resistência contra mim (e ela é somente isso: resistir a mim), i. é, ela me mostra seu ser-para-si abstrato somente enquanto espírito abstrato, a saber enquanto sensível, mas com relação à vontade e propriedade esse ser-para-si da matéria não possui nenhuma verdade’.¹⁹⁸

Como vemos, para Hegel, assim como para Adorno, o outro filósofo analisado por Rodrigo A. de Paiva Duarte, a relação entre homem e natureza é de participação necessária, porém baseando-se em uma mediação que é conceitual. O conhecimento constituído é a pura verdade enquanto atividade de um *ser-para-si* que é livre. Atua no mundo, pois pura consciência de sua transitoriedade, entretanto, também de sua condição de realizador de mundo, de sentido, afirma Magalhães. É o sujeito que põe o mundo, dentro, é claro, do próprio movimento da matéria, da qual faz parte seu corpo.

Para o autor fluminense esta capacidade de tornar-se um *ser-para-si*, espírito racional que através do conhecimento põe o mundo, enfim, elabora sentidos para o que ocorre em sua volta, é o diferencial que aparta o homem da natureza animal. Assim, o homem é liberdade, supera seu ser puro desejo e se encontra com os outros; **alteridade** possível apenas se também a partir de altruísmo e de responsabilidade. Vejamos como Magalhães separa a natureza humana, a inteligência, do ser puro animal.

Tudo o mais que pela ciência sabemos do sol, e de todas as coisas, não são percepções sensíveis, são intuições, ou concepções puras, induzidas ou deduzidas umas das outras, por um contínuo trabalho do espírito, trabalho da sua faculdade de saber sustentada pela sua vontade, no que não entram os sentidos. A sensação de cor objetiva-se em um ponto luminoso do céu, a que chamamos cometa ou planeta, e concorre para que o percebamos; mas não entra no conhecimento do que é esse ponto, da sua grandeza real, da sua marcha, da sua força atrativa, e do seu reaparecimento após mil anos de caminho; todos esses conhecimentos dependem da inteligência conveniente empregada pela nossa vontade.¹⁹⁹

A inteligência humana que põe o mundo enquanto um conjunto de significados em movimento, não é da ordem da natureza animal. O animal, irracional, ao contrário, vive a partir de uma “alienação” perene que significa um não

¹⁹⁸ Apud. DUARTE, R. A. de P., 1993, p. 42-43.

¹⁹⁹ MAGALHÃES, D. J. G. de, 2004 [1858], p. 210.

desdobramento do espírito sobre si mesmo. Melhor dizendo, o animal vive a partir do mundo da natureza incapaz de construir sentidos abstratos, puro desejo.

Nossa imagem se reflete nos olhos de um animal, como se reflete em um espelho, como a imagem de um animal se reflete nos nossos olhos; e daí concluímos que o animal nos percebe como nós o percebemos, e tem consciência-de-si, e ciência do que somos. Do mesmo modo poderia uma criança pensar que o seu reflexo no espelho a estava vendo.

As sensações podem ser no animal coisas diversas do que são para nós; estarem na sensibilidade mesma dos órgãos, e os moverem como instintos para as coisas externas, sem que sejam presididas por uma consciência, sem que os objetos externos se lhe apresentem, como pela percepção se nos mostram” (...)

Achará o peixe salgadas e frias as águas do mar em que vive, como nós a achamos? Os animais que se alimentam de substâncias para nós insípidas, desagradáveis, repulsivas e danosas sentem os mesmos gostos, sofrem os mesmos danos que elas em menor dose nos causam? Creio que não (...)

Quanto ao parecerem inteligentes, não há dúvida. Mas uma coisa é parecer inteligente, e outra coisa é ter inteligência. Uma inteligência superior os pode dirigir, sem que eles tenham consciência de seus atos. Desde que nascem mostram os animais mais inteligências que os nossos filhos, justamente porque não possuem essa inteligência, que fora os move, sem que eles necessitem aprender coisa alguma como nós, que possuindo a inteligência como faculdade nossa, precisamos cultivá-la. Se o homem não fosse dotado de liberdade, ainda que o supuséssemos inteligente, não se possuiria, obraria instintivamente, sem consciência; em tal caso não seria a inteligência uma faculdade sua, de fora o guiaria, e não precisaria ele de uma alma espiritual, inteligente, cõnschia de si; e tal é a condição dos animais.²⁰⁰

Assim são os animais para Magalhães. Não inteligentes, corpos que atuam a partir do puro estímulo do mundo da matéria. Não pensam sobre o que fazem, apenas executam. Não buscam formular conscientemente lugares abstratos capazes de privilegiar o outro e o progresso social. O homem que habitava o Império do Brasil era, em níveis distintos, afirmava Magalhães, “selvagem”. Homens livres pobres, escravos e senhores relacionavam-se com o mundo da cultura e da natureza a partir de seus desejos e não de suas vontades. Quando “pensavam” nas vantagens materiais que poderiam alcançar, eram corpos incapazes de dizer **não** a seu imediato prazer. Enfim, riqueza e poder geravam satisfação e prazer que respondiam aos desejos da matéria e sufocavam a reflexão; impossibilitavam a desindividualização necessária ao bom andamento da vida social e da ascensão do homem em direção ao Infinito.

²⁰⁰ MAGALHÃES, D. J. G. de, 2004 [1858], p. 212-213.

Pois bem, Magalhães percebia, uma vez imiscuído aos fatos da Balaiada, que um conjunto de homens acostumados à arbitrariedade e ao despotismo produziam, em seu dia-a-dia, sentimentos como a inveja e a ambição desmedida. Olhavam-se a partir de lugares sociais em muito distanciados. Enquanto a maioria tinha muito pouco, outros poucos ostentavam suas riquezas, luxo e lascívia. Os que nada tinham eram tomados pouco a pouco de ódio e do desejo de pura vingança, essa era a justiça que pregavam. Os que tudo possuíam tratavam, sempre que possível, de mais obter. Todo momento se utilizavam dos braços dos imediatamente mais fracos. Livravam-se de seus pares num jogo de idas e vindas que apenas acirrava a tensão social. Vejamos o testemunho de Magalhães sobre a sociabilidade na cidade de Caxias, então principal núcleo comercial da província do Maranhão depois da capital São Luis:²⁰¹

Caxias, a cidade do crime, o refúgio dos facinorosos, o domínio dos pequenos pachás, que a seu grado decidiam das alheias vidas, estava acostumada a ver assassinatos todos os dias. Almas piedosas lhe auguravam grandes desgraças em punição de seus crimes, e quis Deus que ela fosse o teatro sanguinolento de todos os horrores da rebelião, talvez para correção de seus costumes depravados e seus futuros melhoramentos.

Tudo em Caxias atraía os rebeldes; sua mesma posição central, suas riquezas, munições, simpatias, e imoralidade convidavam a que fossem sitiá-la.

Toda a população errante e aventureira das comarcas do Brejo, Itapucuru, Caxias e Pastos-Bons, excitada pela cobiça, tinha engrossado as partidas dos facciosos, e seu número avaliava-se em seiscentas cabeças, que cercaram a malfadada Caxias, todas meditando a sua ruína. (p.22)

A situação era ainda mais periclitante, tendo em vista os levantes escravos, o perigo haitiano que rondava as mentes de muitos dos que constituíam a *boa sociedade* do Império.

Só a escravatura computa-se em cerca de vinte mil africanos; o que muitas vezes ameaça o sossego público, subtraindo-se parte dela ao jugo do senhorio, e aquilombando-se nas matas, donde em sortidas vão roubar as fazendas circunvizinhas, sendo necessário força armada para capturá-los; e não foi isto um dos pequenos males da presente rebelião, porquanto, fugitivos os Srs. fazendeiros, deixavam à mercê dos rebeldes seus casais e escravos e estes se aproveitavam do ensejo para fugir ao trabalho das lavouras devastadas, e foram acoitar-se daquele lado da costa entre a barra da

²⁰¹ “Caxias, outrora Aldeas-Altas, era o florescente empório do interior do Maranhão e Piauí, a mais rica e comercial cidade da província depois da capital, notável pelo luxo dos seus habitantes e descomedimento de muitos, e mais notável ainda por ser o teatro de contínuas e diuturnas vinganças e assassinatos”. (p.21)

Tutoya e Priá, onde em número passante de três mil, e capitaneados pelo negro Cosme, tido por feiticeiro, grandes devastações fizeram. (p. 21-22)

Vemos um quadro bem detalhado das reflexões de Magalhães acerca do que veio a permitir o levante em questão. A instituição escravidão possuía lugar de destaque, melhor dizendo, lugar de **origem**. Produção/reprodução de sentimentos como a ambição e o individualismo. O resultado é a **desmedida**, a **arbitrariedade** e o **irracionalismo**.

Dentro desse universo, vários vetores acabaram por forjar e agravar a situação do levante. Em primeiro lugar, os elementos que constituíam os únicos dois partidos de Caxias, como já vimos, digladiavam-se não por idéias, mas por riqueza e poder. Um ao outro se desagravavam. Utilizavam a imprensa como instrumento de vingança e difamação. Nem um nem outro, segundo Magalhães, preocupavam-se verdadeiramente com a supremacia vital que a razão e a liberdade deveriam ter sobre as paixões. Tudo teria começado no seio da *boa sociedade*, déspotas que desde cedo não sabiam o que era ser contrariados.

Forte oposição se manifestou à administração do Sr. Camargo, oposição em parte desrespeitosa, porque os que então compunham o partido do governo, antes de subir aos públicos lugares fortemente haviam atacado como opositores o governo do senador Antonio Pedro da Costa Ferreira, pessoa cara ao partido que agora em desforra os guerreava. (p.17)

Ocorre, também, que a imprensa mobilizou-se apaixonadamente. Dois jornais diferentes se atacavam, representantes diretos dos interesses específicos de cada um daqueles dois partidos, a saber, os **bemtevis** e os **cabanos**. O resultado é que os lugares públicos eram tomados por uma gama de interesses que nada tinham de universais, distantes da reta moralidade. Vejamos o que afirma Magalhães:

Um pequeno jornal com o título de Bemtevi, escrito em linguagem popular, atraiu grosso partido: atacava o presidente, e a lei dos prefeitos, criação nova, que por indicação do presidente tinha passado na assembléia provincial (...)
Um jornal governista desapiedadamente insultava a oposição em linguagem trivial e grosseira. Dividiu-se a população em dois partidos rancorosos, os bemtevis e os cabanos (...) (p. 17-18)

E aqui podemos entrever o segundo elemento definidor das várias revoltas, que configurou o movimento chamado de Balaiada, a saber, a centralização mal elaborada pelos Conservadores, políticos que estariam, como já vimos, distantes das lógicas que comandavam as diferentes regiões, trancados em seus castelos. A lei dos “prefeitos”²⁰² e o movimento de centralização levado a cabo, com vigor, desde 1837, surtia efeito “curioso” segundo Magalhães. Se bem os juizes de paz eram substituídos pelos de direito, e todos os mais importantes postos policiais eram escolhidos diretamente pelos prefeitos, e esses, diretamente pelos presidentes de província, que eram, por sua vez, determinados pelo ministro da justiça, a centralização pretendida não se estaria concretizando. Ocorre que os homens que cumpririam as novas funções estavam corrompidos pela moral escrava, lugar de ambição, avareza, irracionalismo e despotismo. Vejamos as palavras de Ilmar R. de Mattos acerca da natureza arbitrária que fundava as revoltas contra o poder central forte:

Ao defenderem a Liberdade da Casa, os Liberais defendiam sobretudo a liberdade do senhor – enquanto um despotês – no governo da escravidão e de participação no tráfico negreiro, sem a ingerência britânica e sem o privilégio dos antigos colonizadores, agora ligados à Coroa.²⁰³

O problema a ser discutido é a própria incapacidade de atuação pública daqueles que ocupavam o *mundo do governo*, liberais ou Conservadores. Preocupados tão somente com os seus desejos, os políticos lá de Caxias e da Capital eram *déspotas* despreparados para o exercício da reflexão e do diálogo, desde quando muito jovens, convém lembrar. A *boa sociedade* mostrava-se escravizada em relação à instituição escravidão. Os liberais em suas bibliotecas, os Conservadores, em parte, fazendo do *mundo do governo* um lugar privado. Nem um nem outro interessados no diálogo.

²⁰² Luiz Felipe de Alencastro explica assim a Lei dos Prefeitos – “Concretamente, as hostilidades irrompem em 1839 quando o governo maranhense, a exemplo do que fizera o de Pernambuco, instaura a ‘Lei dos Prefeitos’. Pretendia-se então empossar uma autoridade, nomeado pelo presidente da província, que dirigiria vários municípios, engolfando a autonomia das câmaras, da Guarda Nacional e, sobretudo, a capacitação judiciária e policial dos juizes de paz eleitos nas cidades. Prelúdio à Lei da Interpretação de 12 de maio de 1840, à maioria, ao restabelecimento do Conselho de Estado em novembro de 1841 e à Lei de Reforma judiciária de 3 de dezembro de 1841, que generalizaram a nível nacional esse repuxo centralizador, a Lei dos Prefeitos é recebida como um atentado contra a autonomia municipal, célula política instituinte do império”. ALENCASTRO, L. F. de, 1989, p. 10.

²⁰³ MATTOS, I. R. de, 1994, p. 154.

Enfim, o *ethos* despótico e avaro era atribuído, incessantemente, ao outro, sem que fossem capazes de olhar para si mesmos. A oposição exclamava:

Um prefeito tem espalhado tantos quantos oficiais de polícia (espião) ele quer, para saber do que se passa fora e dentro das casas! Adeus sagrado das famílias! Os prefeitos chamaram e corromperam nossos escravos para dizerem tudo que em nossas casas se faz e se diz, e acrescentarem o mais que nem se faz, nem se diz! Com uma autoridade tão absoluta quem se julgará seguro! Quem os poderá ter mão! Mil maldições pesem sobre a cabeça de quem pediu e sancionou tal lei! Mil maldições pesem sobre as cabeças dessa maioria da assembléia que fez tal lei! (p. 17)

Já o presidente de província denunciava os excessos dos juízes de paz, e, conseqüentemente, de seus inimigos bemtevis.

É impossível que deixeis de conhecer todos os excessos cometidos pelos juízes de paz. Abri a história, e vereis cada página manchada com os fatos os mais monstruosos, filhos da ignorância e da maldade, um luxo de arbitrariedades e perseguição contra os bons, inaudita proteção aos maus, e porfiada guerra às autoridades. (p. 17)

Caía nas mãos do presidente um poder maior do que sua capacidade pública, pois – “*Governo partidário é sempre injusto*” (p.18). Ele acabara por lançar mãos das novas normas centralizantes para suprir, como era denunciado pelo tendencioso jornal bemtevi, interesses privados. O Sr. Camargo, então presidente da província (1838) e aqueles do outro partido comungavam de linguagem chula que, sem resolver os problemas – “*Não podia (...) deixar de abalar os ânimos*”. (p. 18)

Explodia o levante. Bemtevis e cabanos recebiam apoio das classes mais miseráveis, dizia Magalhães, e tudo isso, a partir da mesma lógica ambiciosa, vingativa e despótica que criou o racha dentro da *boa sociedade*. Figuras como a de Raymundo Gomes bem compõe este quadro. Um **homem-animal**. Um assassino, um capataz que estabelecia com os seus senhores a relação de escravidão mútua já analisada.²⁰⁴

Acompanhemos, ainda dentro do mesmo quadro, como aderiu ao levante um outro rebelde – Manoel Francisco dos Anjos Ferreira Balaio. Este relato é precioso,

²⁰⁴ “Raymundo Gomes e os seus, protegidos pelos vereadores da câmara da vila da Manga e pelo Juiz de paz Coelho, evadiram-se no dia 17, levando armamento e petrechos roubados, puseram-se em marcha via da chapadinha”. (p.19)

pois revela o grau de individualismo e de arbitrariedade que movia, segundo Magalhães, quer os elementos da *boa sociedade*, quer os das classes mais baixas.

Contam que duas filhas suas (de Balaio) tinham sido defloradas por um certo Guimarães, oficial de comissão que da vila do Itapucurumirim marchara com um golpe de gente para atacar Raymundo Gomes na Chapadinha logo em princípios da revolta. (p. 20) (Grifo próprio)

O resultado? Balaio aderiu ao levante contra o governo. O espetáculo de violência e latrocínio, dizia Magalhães, dava-se em meio ao total desregramento de todos os elementos dos diferentes partidos, das diferentes classes. Homens se tratavam como verdadeiros animais, buscando superar-se na realização de crimes inacreditáveis se não presenciados.²⁰⁵ Não podemos deixar de citar, por fim, as palavras de Magalhães sobre um feroz Ruivo que teria feito a cidade de Caxias pagar, tal qual Sodoma e Gomorra, por sua luxúria e por seus crimes:

Entre os terríveis canibais notava-se o feroz Ruivo, que fazia garbo de andar *coberto de sangue* e de apregoar o número de seus assassinatos perpetrados no dia. Em dinheiro e fazendas computam-se o seu prejuízo em quatro mil contos: bem caro pagou Caxias seus crimes passados. Muitos viram neste flagelo a maldição celeste invocada pelas vítimas de sua perversidade; que assim castigou o Céu os reiterados crimes de uma raça prevaricadora (...) (p. 23) (Grifo próprio)

Os habitantes de Caxias capitularam, “vergonhosamente”, depois de quase dois meses de “assédio e de repetidas escaramuças”. Assim ia ocorrendo o levante, assim seguia Magalhães a relatá-lo. Crimes, arbitrariedade, incompetência, enfim, o individualismo semeado e difundido era entrevisto, também, através da ação dos senhores ricos e de parte dos elementos do exército. Os braços do Estado em consolidação não chegavam ao Maranhão, as Luzes não eram disseminadas. Caía Caxias:

²⁰⁵ Vejamos um caso “impressionante” contado por Magalhães – “... no interior da província o geral desalento cedia o campo às hordas devastadoras, que ufanas não atacavam sem vitória, e com tanta rapidez lastravam, que sua podiam chamar toda a província, teatro miserando de seus horrores e latrocínios, onde punham em prática quantos flagícios (sic) inventa a perversidade do coração humano para tormento de suas vítimas. Um só fato apontarei: a um mísero ancião octogenário cortaram o ventre e nele coseram um leitão vivo, que lhe roia as entranhas; esta recordação horrível de um suplício tartáreo foi feita ante os olhos dos filhos e da esposa do desgraçado velho, e nem o deixaram os frios algozes, que galhofavam, sem o ver exalar o último suspiro no meio das cruéis vascas (sic) e dolorosos gritos da família, que além deste martírio foi espancada em despedida”. (p. 26)

...populosa, rica, bem municada, e de fácil defesa, tendo de um lado o rio Itapucuru, e do outro altos morros que a cobrem, não se teria rendido à força sitiante se aí não houvesse indiferentes mais cuidadosos no futuro, que se furtavam a todos os sacrifícios, e traidores que com os chefes rebeldes se carteavam e os socorriam com pólvora e víveres.

E continuava:

E à vista de tantos meios de resistência, de tantos recursos, com que podiam fazer rosto e repelir os sitiantes, fácil é a conclusão, para quem mesmo outros documentos não tivesse, de que algumas autoridades e principais habitantes não eram coniventes com os rebeldes, ao menos por medo com eles transigiam. (p.23)

Os “principais habitantes”, políticos importantes, todos estavam envolvidos de uma maneira ou de outra no levante. Ou apoiavam positivamente ou fugiam levando parte de suas riquezas, sempre, porém, ancorados a seus desejos mais mesquinhos. Iam para lugares protegidos, pagavam impostos aos rebeldes em troca de proteção. O Estado, não nos esqueçamos, longe estava. Apenas com a espada combatia. Desde o centro até as mais distantes províncias, a moral escrava gerava irracionalismo e despotismo, individualismos variados.

Os “rebeldes” da *boa sociedade* buscavam acordos. Percebiam, segundo nos afirma Magalhães, que o levante estava fugindo ao controle. Na capital, homens como o doutor Joaquim Franco de Sá, Liberal, e Francisco Sotéro dos Reis, Conservador, digladiavam-se menos por idéias do que por rixas partidárias.²⁰⁶ Arapucas eram armadas a todo momento e o poder e a ambição eram fins em si mesmos. Os rebeldes entregaram uma carta negociando a rendição, na qual não demonstravam o desejo de mudanças profundas. A escravidão e a opressão por parte das classes abastadas não era sequer mencionada. Magalhães parece querer nos apresentar um quadro confuso. De um lado, os líderes rebeldes que teriam se

²⁰⁶ “Diz-se que o professor Sotéro (aliado do governo) propunha esta medida (suspender as garantias na assembléia provincial) porque sorratamente maquinava a queda do presidente (Manoel Felizardo de Souza e Mello), escrevendo ele a seus amigos para a corte, pedindo o general Andréa, que por seu caráter violento e decisivo habituado estava a não respeitar coisa alguma, e contava que o general se entregaria todo à gente que o reclamava, e vexaria o partido oposto; e consta que cartas apareceram neste sentido(...)” (p. 25)

engalfinhado no levante por mesquinhez política,²⁰⁷ e num outro *locus*, os aliados ao governo, esses perdidos em suas querelas internas e em suas pretensões centralistas. Por fim, ausência de diálogo.

Retiraram-se os dois afinal (Joaquim Franco e Francisco Sotéro), sem que daquela entrevista e debate fundisse proveito algum para os públicos negócios, e nem ao menos serviam para adoçar a acrimônia dos partidos, os quais prosseguiram a reciprocamente acusações e inventivas. (p. 25)

Os “públicos negócios” estavam abandonados, se é que foram, alguma vez, alvo de preocupação, afirma Magalhães. “Acusações” e “inventivas”, desde sempre, davam o tom da discussão em questão, ambos no lugar da reflexão, da liberdade e da ordem. O Estado em construção estava, definitivamente, num caminho equivocado. A **espada** não estaria sendo capaz de acalmar os ânimos.

Magalhães ia acompanhando o teatro da guerra. Classificava como “bárbaras” determinadas práticas dos revoltosos, contudo, não deixava de denunciar o despreparo e a resposta violenta à altura empreendida pelas tropas legais. Aqueles e estes atuavam de acordo com suas naturezas despóticas e arbitrarias, num jogo-espetáculo de avanços e derrotas, de ambos os lados. Um quadro que bem representava a ausência ampla de civilização no Império do Brasil.

Fala-nos das “temeridades” cometidas pelo tenente Antonio de Sampaio, apesar de importante contribuição (p.27). Alerta para a falta de conhecimento da região e da escassez de víveres.²⁰⁸ O capitão Simão Alves não obedecia às ordens de seus superiores, ou por “incompetência” ou por “medo”. O major Falcão, “estóico” segundo Magalhães, não recuava, obedecendo ao seu senso de dever, já que não tinha superiores à altura. Ambos, vítimas da desmedida, despreparados em responder racionalmente às dificuldades de uma guerra, *despotés* desde pequenos. Magalhães

²⁰⁷ Ver a carta dos rebeldes, p. 23-24. Ilmar R. de Mattos comenta a ação dos praieiros enquanto propugnadora apenas de liberdade negativa. MATTOS, I. R. de, 1994, p. 155.

²⁰⁸ “Ocupava-se o comandante Sérgio com o mapa topográfico, e traçou um plano de ataque dividindo suas forças, das quais parte devia ir por terra e outra por água; mas como tratassem primeiro de distribuir as rações aos soldados, e grande demora houvesse em fazer a carnagem para isso, já a maré estava em preamar, e o capitão-tenente da armada Boldts apresentou a dificuldade de se efetuar um desembarque naquele dia, por vir a faltar água quando chegassem no lugar designado o Jacaréí”. (p. 27).

nos conta os reveses do “desastroso” ataque de Arêas, no qual a insubordinação e a heterogeneidade das forças, acabou por promover desencontros substanciais.

Quis a vanguarda retroceder, tão desalentada estava, mas ele (o major Falcão) conteve-a e forçou-a a nova investida, e nisto ouviu-se uma descarga dos dois batalhões que após marchavam, um de guardas nacionais do comando do tenente Jansen, e outro que cobria a retaguarda do capitão Ernesto. Entre estes vinha o coronel Sérgio, comandante em chefe, que parecia não haver previsto aquele encontro, como se marchasse por estrada amiga, nem dera instruções ao major para o que ocorresse; entretanto as cornetas destes corpos correspondiam ao toque de avançar da corneta da vanguarda, e certamente não tocavam elas sem ordem. Convém relatar todas as circunstâncias deste desastroso ataque, conhecido com o título de Arêas, nome do lugar; o mais infausto que havemos, em que passante de mil homens ficaram sem entrar em combate, muitos mortos e outros baleados; porquanto depois lançou-se a culpa deste desastre sobre o major Falcão, como se ali não fosse um comandante em chefe que devera delinear e prever as ocorrências.²⁰⁹ (p. 28)

Na verdade, poucos estavam interessados em fazer a guerra contra os rebeldes. Uns fugiram, como já vimos, e outros, entre eles os despreparados elementos da Guarda Nacional, preveniam-se, “covardemente”, em meio à batalha. Sabemos que o governo pouco armava os componentes da Guarda Nacional, que eles não eram devidamente treinados e que, por interesses individualistas aceitavam alguns poucos elementos da *boa sociedade* dela participar.²¹⁰ A *Casa* era mais segura e economicamente mais vantajosa. Estavam desde suas bibliotecas acompanhando os rendimentos de suas lavouras.

Os rebeldes não tinham inteligência nem plano político, eram aves de rapina nas palavras de Magalhães. As forças oficiais iam caminhando, Deus sabia como, entre ordens e desordens ministradas por homens incompetentes, pouco interessados na promoção dos objetivos públicos. Brigavam entre si por picuinhas particulares enquanto – “...por falta de todas as comodidades estiveram aqui os feridos dezesseis horas, deitados sobre a terra fria até o dia seguinte, expostas suas grandes feridas ao ar e já cobertas de insetos (...)” E completa o autor afirmando ser um tão vexatório

²⁰⁹ E continua: “Encontrado o comandante em chefe, expôs-lhe o major os desastres da vanguarda, e como ele se achava ferido, pelo que nomeou aquele um oficial superior para o substituir no comando do batalhão empenhado no combate; negou-se o oficial, e o mesmo fez outro após o mandato. Tal era a disciplina que nem o comandante em chefe sabia o que fizesse para sustentar as suas ordens, nem havia quem o obedecesse”. (p.28)

²¹⁰ URICOECHEA, F., 1978, especialmente os capítulos IV, V e VI.

repertório de arbitrariedades e irracionalismo que – “*omitimos, por poupar vergonhas, minuciosos incidentes pouco dignos de escritura*”. (p. 29)

As vitórias eram divididas entre os dois lados, desertores iam e vinham ao sabor dos resultados e não das idéias. Os rebeldes exaltados destruíam as lavouras e praticavam saques, enquanto na capital os revoltosos “moderados” avançavam e retraíam-se no apoio àqueles outros, e tudo isso dependendo de como andava a questão partidária em torno da preponderância política; poder e riqueza moviam estes últimos.

A nova destes últimos acontecimentos, posto que só na aparência favoráveis, animou o governo e a capital, que já não temia que a tomassem os rebeldes, o que deu azo aos partidos, até ali pelo temor aplacados, a que agora reavivassem, e disto mesmo queixou-se o presidente para a corte. (p. 30)

E quando tudo parecia favorável às forças oficiais, o germe despótico e avaro que perpassava todas as classes fazia-se notar. Novas adesões ocorriam e acaloravam-se as batalhas. Militão Bandeira de Barros, tenente coronel da Guarda Nacional, juiz municipal, de órfãos e interino de direito, na Vila da Chapada, auxiliado pelo juiz de paz João Paulo Cortez “*obravam segundo as inspirações de capricho e de interesse*”. Essa é uma história longa, porém interessante. Acompanhemos:

Em uma reunião de júri, tratando-se do sorteamento para juízes de fato, o vigário Antonio do Rosário Cardoso lançou em rosto ao dito Militão a terrível verdade de haver ele nascido escravo e ter sido forro por seu senhor e pai, querendo por aquele modo excluí-lo: Militão jurou vingar-se (...) Aos 15 de janeiro de 1839 foi o vigário assassinado em sua própria casa por quatro soldados que seguiam a um meirinho, que primeiro lhe deu a voz de preso, seguindo-se logo a descarga a pretexto de resistência. (p. 31)

Militão perseguiu e prendeu amigos do padre reclamantes de justiça. Militão denunciou-os como arquitetos de um atentado contra ele próprio e, mais uma vez, utilizou-se do lugar público para pôr em prática seus planos ambiciosos. E mais, as testemunhas de Militão no caso teriam sido os próprios assassinos do vigário. Jorge, um dos presos por Militão, denunciou-o ao subprefeito e, encurtando o caso, Militão, os quatro soldados e o juiz Cortez foram declarados culpados pelo assassinato em pauta.

O pai, irmãos e os demais parentes de Militão se rebelaram e tomaram parte do partido Bemtevi, que a essa altura desdobrava-se e se desvinculava das reivindicações dos “moderados” da capital, embora ainda apoiados esporadicamente em se dependendo dos resultados da guerra e dos interesses particulares, como já vimos. Militão, por fim, foi solto pelos balaios, engrossando significativamente suas fileiras. E continua Magalhães:

Os parentes de Militão e um grande número de seus amigos e agregados, todos rebeldes, cerca de 5000 homens, entraram no dia 8 de março na vila do Riachão, arrombaram a cadeia, queimaram o tronco, apoderaram-se de muitas casas, e fizeram algumas mortes. (p. 31)

Magalhães alertava para a confusão entre o lugar público e o privado, a ausência de civilização forjada pela moral escrava e afirma – *“Eis como particulares intrigas causam às vezes calamidades públicas; e em tão vasto território como é o nosso, sendo as molas do governo muito fracas, é de absoluta necessidade a moralidade nas pequenas autoridades, que de ordinário são causas da perturbação dos povos. E não poucos juizes de paz capitanearam os rebeldes que devastaram o Maranhão”*. (p. 31-32)

Magalhães criticava duramente a “falta de providência da parte do governo”, afirmando que *“...ordens não criam homens (...)”* (p.32), mas sim a **moralidade**. Esta, por sua vez, estaria longe de ser um objetivo daqueles que compunham o *mundo do governo*. O Estado trabalhava no sentido de forjar instituições fortes; Magalhães, ao contrário, denunciava a fraqueza dos homens, alertava para a necessidade de se estimular a fortaleza crítica e altruísta da consciência de si, da razão dialógica, melhor dizendo. Enquanto na província do Maranhão – *“pouca tropa havia, e os cofres estivessem esgotados viam o mal sem lhe saber dar remédio”* (p. 33), Magalhães denunciava a inépcia do poder central, as querelas particularistas que tomavam a cabeça e a ação dos espíritos mais diretamente responsáveis pela consolidação do Estado Nacional. Faltavam ao Estado em construção homens moralmente preparados, o que significa dizer capazes de reflexão autônoma e altruístas, pois conscientes de sua finitude constitutiva.

O Ministério de 19 de setembro, a cuja frente se achava o Sr. Vasconcelos, depois de haver ostentado um *luxo caprichoso de arbítrio*, baqueou em consequência de domésticas intrigas: outros ministérios se levantaram, sem importância histórica ou política (...) (p.36) (Grifo próprio)

Houve um movimento de reviravolta a partir do Ministério de 16 de maio de 1839, “do qual fez parte o conde de Lages, que pela quinta vez tomou a gerência dos negócios da guerra, de tantos cuidados então, e para a repartição do Império entrou o Sr. Galvão, com aura de entendido em política”. Os rumos mudaram. Se antes os presidentes de província, um após o outro, reclamavam da falta de apoio material para enfrentar os levantados, tendo em vista que – “Era até ali o Rio Grande do Sul a pedra de toque dos ministérios, que em vão se afadigavam, mandando contínuos socorros de forças e dinheiro, sem que ao menos boas esperanças lhe colhessem” (p.36), a partir de então a atenção dos políticos e da imprensa da Corte passava a levar a sério a movimentação sediciosa. E por que se dava tal câmbio? Certamente, segundo Magalhães, não pelo interesse dos políticos e dos jornalistas em defender o interesse público, mas sim, em virtude do medo da plena *desordem*, algo que inviabilizaria a reprodução dos interesses da *Casa* - lugar de proteção e fruição dos desejos mais torpes. Não é à toa que Magalhães sublinhava ser a quinta vez do Conde de Lages à frente dos negócios da guerra, o que significa um círculo fechado baseado em irracionalismo e arbitrariedade, melhor dizendo, um eterno mesmo – despotismo e despreocupação com o outro. Não é sem um duplo significado, também, que Magalhães se refere ao Sr. Galvão como um **dito** versado em política. E continua.

Começaram os jornalistas da capital a seriamente ocupar-se com os negócios do Maranhão, que por mal pesados ao princípio, como sempre acontece nenhum valor lhes deram. Particulares correspondências, cidades e vilas tomadas, fazendas devastadas, contínuos horrores, ineficácia do governo provincial, assustaram o povo e desenganaram o ministério da impossibilidade da pacificação desta parte do Império, se continuasse nas mãos em que se ela achava. Reconheceu também o governo geral a necessidade de confiar a um só homem a presidência e comando das armas, para evitar destarte delongas e intrigas observadas agora e em outras idênticas circunstâncias. (p.36)

“Agora e em outras idênticas circunstâncias”, situações terríveis de desleixo e ambição se deram. O poder central, localizado na corte, imputara, até onde pôde, seu

“luxo caprichoso de arbítrio”, melhor dizendo, despreparo e despotismo. Até que em função do rumo que os levantes vinham tomando no Império, no nosso caso a Balaiada, as “domésticas intrigas” se intensificaram, e isso quer dizer que os Regressistas estavam tendo dificuldade em travestir de universal seus interesses monopolizadores e escravistas. Todos, por conseguinte, viam-se apavorados em meio às ameaças significativas a uma mínima ordem. Liberais e Conservadores, diferentes em suas reflexões filosófico-políticas, tratavam de rearrumar a *Casa* e de re-organizar e ampliar a centralização. As reformas do Ato Adicional (1840) e do Código do Processo Criminal (1841) eram tidas como a solução para a desordem que se tinha instaurado no Império. O Estado buscava tornar mais efetiva sua presença através dos aprimoramentos do monopólio da força e da centralização administrativa. Alcançou-se a “vitória”.

Magalhães alertava, contudo, que a vitória no Maranhão, encampada pela figura de Caxias, trazia dentro de si gritante **derrota**. Dizia a todos que a moral escrava, herdada lá dos idos coloniais, produzia espíritos despóticos e irracionalistas, incapazes de confeccionar uma teia civilizacional razoavelmente estável, assim como incapazes de sustentar a liberdade dentro de condições dialogais. Ocorre que o egoísmo e o irracionalismo perpassavam todos os rincões do Império, dos mais distantes aos mais próximos. Todos atuavam apenas a partir de si e sem autonomia reflexiva e moral; escravos de seus desejos. A reforma educacional pretendida pelo autor fluminense e por políticos como Torres Homem na década de 40 não seria efetivada durante todo o Império. Ao invés de homens fortes, livres e responsáveis, os liberais doutrinários acabavam por construir isolamento e maior ignomínia, afirmava Magalhães.

Fiquemos com parte do discurso de Caxias após a “pacificação” e a passagem de seu lugar de liderança na província do Maranhão. Palavras que ratificam o mal-estar constitutivo àquele processo civilizador.

Diminuta é a minha glória de ter concorrido para a pacificação desta parte do Império, à vista da que caberá a V. Ex. em sustentar a paz, curar dos seus interesses, e promover os germens de sua prosperidade.

(...) mas não me ufano de haver mudado os corações e sufocado antigos ódios de partidos, ou antes de famílias, que por algum tempo se acalmam, e como a peste se desenvolvem por motivos que não havemos ou não nos é dado dissipar. (p. 62)

Para Magalhães, a “paz” e a “prosperidade” deveriam ser fruto da consciência autônoma dos homens. A produção de normas e de lógicas civilizadoras deveriam passar, necessariamente, pela reflexão, pela consciência da finitude do homem, logo pelo diálogo responsável. Homens fortes, capazes de se desvencilharem o quanto possível da animalidade constitutiva, eram necessários ao bom andamento do *mundo do governo*. O autor em questão afirmava que a razão e a vontade de **ser-com-o-outro**, altruísmo, eram duas facetas da mesma moeda, a saber, o viver transitório e incompleto do homem-a-caminho de Deus.